



O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há duas medidas provisórias. Quero falar sobre a Medida Provisória nº 656, de 2014. Ela tem acrescida, em seu relatório final, 43 assuntos novos.

V.Exa. tem sido zeloso em relação a medidas provisórias, principalmente em matérias estranhas ao objeto inicial da medida provisória. Este é o caso, Sr. Presidente!

Eu quero fazer um apelo para V.Exa., a fim de que se mantenha o que tem construído até agora, que é o bom senso para eliminar matérias estranhas à medida provisória.

Não há dificuldade nenhuma em manter o painel, desde que V.Exa. garanta aquilo que tem sido praxe nesta Casa — e que é sua decisão: limpar matérias estranhas à medida provisória. Esse é o apelo que faço para V.Exa.

E mais, Sr. Presidente: sabemos que a Medida Provisória nº 656 só vai cair em março de 2015. Não há nenhuma urgência na votação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - V.Exa. tem razão em relação à Presidência da Casa.

Nós estamos excluindo os seguintes artigos: 108 a 113; 122 a 124; 125; 126; 127; 128 a 131; 132; 138; 139; 140; 141; 150; 153; 159; 168, inciso I, na parte que revoga o art. 15 do decreto-lei.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como nordestino, V.Exa. sabe que é preocupante demais a exclusão dos arts. 108 a 113, que tratam do setor elétrico. Vai criar uma crise no Nordeste a exclusão dessa matéria.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Mas eu sou obrigado a fazer isso, Deputado.

Pelas mesmas razões, deixamos de receber os destaques às Emendas nºs 2, 4, 5, 10, 15, 16. São mais de 30 que posso encaminhar a esta Casa.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há recurso sobre a mesa.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de saber se há acordo para a retirada dessas matérias. Se não houver, eu peço novo painel, porque é um absurdo o Plenário manter aquilo que V.Exa. acaba de decidir, ou seja, retirar matérias estranhas à medida provisória.

Essa é uma questão importante, porque não é possível se alegar tanta urgência neste caso, uma vez que a medida provisória vai vencer só em março de 2015, Sr. Presidente.

O SR. IVAN VALENTE - Vai abrir o painel, Sr. Presidente?

O SR. EDUARDO CUNHA - Manteve o painel ou não, Sr. Presidente? Se não, abra o painel.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Primeiramente, eu quero saber se se pode manter o painel, numa colaboração ao Plenário desta Casa.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Se houver acordo para manter a decisão de V.Exa., Sr. Presidente, eu retiro a questão do painel e podemos mantê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Mantém o painel?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, Sr. Presidente. O PSOL pede um novo painel. O PSOL é contra. O PSOL quer



um novo painel, Sr. Presidente. Já colocou na sessão, e volto a repetir: novo painel para debate em outra sessão!

O SR. EURICO JÚNIOR - Vamos manter o painel.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, abre o painel, então. Já que é novo, vamos abrir.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos abrir o painel.

O SR. AMAURI TEIXEIRA - Vamos até 5 horas da manhã hoje. Trabalhar de vez em quando faz bem.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos abrir o painel.

O SR. EURICO JÚNIOR (PV-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria convocar todos os Deputados do PV para vir com urgência ao plenário registrar a presença.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos alcançar rapidamente este painel. Faço um apelo aos Srs. Deputados.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o problema é que não temos nem o texto para analisar. É preciso ver o texto.

Ah, está aqui. Acabou de chegar.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Acabou de chegar.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, convocamos todos os Parlamentares do PT para vir ao plenário — haverá votações nominais —, sobretudo para dar quórum a esta sessão que se iniciou.



O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. pode começar a discussão das duas medidas provisórias e encerrá-las. Atingido o quórum, vota-se. Nada impede regimentalmente que se ganhe esse tempo.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, convidamos todos os nossos Deputados do Democratas para vir ao plenário, porque temos novo painel.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria saber se V.Exa. manteve ou excluiu o destaque à Emenda nº 223.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deixe-me ver. *(Pausa.)*

Está mantido.

O SR. SILVIO COSTA - Está mantido? Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Para a alegria de V.Exa.

O SR. SILVIO COSTA - Não, pelo talento de V.Exa.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Edinho Bez, na votação anterior, votou com o partido.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 294.4.54.O

Data: 16/12/2014

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - A lista de presença registra o comparecimento de 464 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados na Casa.

Passa-se à Ordem do Dia.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 655, DE 2014

(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 655, de 2014, que abre crédito extraordinário em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$5.400.000.000,00, para o fim que especifica; tendo parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação. (Relator: Senador Antonio Carlos Rodrigues e Relator Revisor: Deputado Geraldo Simões).



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Passa-se à discussão.

Deputado Duarte Nogueira. (*Pausa.*) Ausente.

Encerrada a discussão.



O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa., por diversas vezes, insistiu para que eu fizesse uma questão de ordem por escrito...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - É verdade. Estou aguardando.

O SR. CHICO ALENCAR - ...a respeito da denúncia formal, que já está no Supremo Tribunal Federal, pela Justiça e pelo Ministério Público de Mato Grosso, a partir de escutas telefônicas, judicialmente autorizadas, que, na nossa visão, em se confirmando, vicia, contamina o processo da relatoria em relação à PEC 215. Está aqui tudo formulado...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Encaminhe à Mesa.

O SR. CHICO ALENCAR - ...inclusive com essas escutas devidamente mencionadas. Esperamos a resposta de V.Exa., e que a prudência evite a instalação da reunião da Comissão antes da apreciação desse questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O.k. Eu aguardo V.Exa. encaminhar à Mesa.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MAIA (Bloco/PROS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado José Augusto Maia, nas últimas votações, votou pelo partido.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Encerrada a discussão, passa-se à votação.



O SR. IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não há quórum ainda para votar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Para votação, não.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Para o quórum.

O SR. LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu me inscrevo para discutir a MP.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Questão de ordem.

O SR. LOURIVAL MENDES (Bloco/PTdoB-MA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Eu fiz parte, participei da Comissão Mista, no Senado, da Medida Provisória nº 656. E temos as notas taquigráficas aqui. O Senador Romero Jucá se propôs a reunir as lideranças das entidades envolvidas na matéria da concentração das matrículas dos imóveis. Essa matéria consta do seu relatório. Ou seja, o que foi dito pelo Relator não foi confirmado, porque nós temos as notas taquigráficas. Isso é sério. Essa matéria é altamente complexa, compromete por demais a situação do povo brasileiro, porque cria uma instabilidade jurídica muito grande no País. O comprador de boa-fé perde a estabilidade, a confiança.

Para concluir, Sr. Presidente. Cria-se uma situação inusitada no Brasil. O comprador do imóvel é que vai ter que procurar as certidões para provar que o vendedor não tem nenhuma ação de penhora dos seus bens, o que é lamentável. Nós pedimos que fosse retirado. Ele fala isso em alto e bom som, está consolidado nas notas taquigráficas, mas depois esse texto é inserido, quando, na realidade,



ficou o Senador Romero Jucá, depois de ouvidas as entidades envolvidas, de removê-lo para a PEC 651.

Então, eu queria chamar a atenção de V.Exa. para pedir a retirada desses artigos do texto da MP.

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Faço um apelo aos Srs. Parlamentares para que venham ao plenário a fim de alcançarmos o quórum rapidamente.

Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a concentração de matrícula é algo benéfico para o setor imobiliário. Com certeza, contraria o segmento dos cartórios. Isso vai reduzir custos tanto para o adquirente quanto para o setor da indústria imobiliária. Este é um anseio antigo que está sendo contemplado por esta medida provisória, que, diga-se de passagem, não foi o Senador Romero Jucá que introduziu — é matéria original da medida provisória —, e é benéfica tanto para a população que adquire o imóvel quanto para o setor imobiliário.

Portanto, a matéria precisa ser mantida.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Faço um apelo aos Srs. Parlamentares para que compareçam ao plenário, a fim de alcançarmos o quórum rapidamente. (*Pausa.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos convocar os Deputados do Partido Progressista



para virem marcar presença, a fim de alcançarmos o quórum e votarmos esta medida provisória, que contém assuntos extremamente importantes.

Colegas do Partido Progressista que ainda estão nos gabinetes ou nas dependências da Casa, por favor, venham ao plenário para que nós possamos alcançar o quórum e iniciar a votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Faço um apelo aos Srs. Parlamentares a fim de que venham ao plenário para alcançarmos o quórum e votarmos rapidamente esta medida provisória.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em que pese eu até concordar com o alerta que fez o Deputado Vanderlei Macris — quando V.Exa., exercendo de maneira plena aquilo que o Regimento prevê, retirou uma série de artigos de uma matéria —, quero concordar aqui com o que algumas Lideranças do PMDB já disseram pelo menos em relação a um item especificamente.

Quero deixar esse registro, porque nós já votamos aqui aquele projeto de lei, de autoria do Deputado Alceu Moreira, que tornava as máquinas agrícolas, os tratores e as colheitadeiras isentos de IPVA e de emplacamento. Pois bem, infelizmente, ele foi vetado. O veto deveria ter sido derrubado naquela malfadada sessão em que se votou mais de 30 vetos de uma vez só. Não se derrubou o veto, e agora se inclui nesta medida provisória uma alternativa para tornar isento de pagamento de IPVA e de emplacamento trator e máquina agrícola. Nós achamos que isso é imprescindível para o País.



Não é possível que um país agrícola como o Brasil, um país que tem na agricultura uma das bases da sua economia — já é tão sacrificada a nossa agricultura —, agora fique sujeito a uma legislação que prevê o pagamento de IPVA e de taxas sobre colheitadeiras, tratores agrícolas e máquinas agrícolas.

Então, de fato, a iniciativa de incluir os arts. 125 e 126 na Medida Provisória nº 656 vai de encontro aos interesses dos produtores e trabalhadores rurais e dos consumidores, porque, se aumentar o imposto sobre máquina agrícola, vai aumentar o preço dos alimentos no momento em que a inflação já começa a subir. Então, vai de encontro ao interesse do País. Eu acho que, sim, haverá um consenso nesta Casa de que se mantenham esses artigos que garantem a isenção de qualquer cobrança de IPVA ou de emplacamento sobre máquinas agrícolas.

Louvo a iniciativa do Líder Eduardo Cunha, que está procurando garantir a manutenção desses artigos, e acredito que a gente pode construir um entendimento sobre isso.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome do PPS, quero dizer que eu integrei a Comissão que analisou a Medida Provisória nº 656. E, sob certo aspecto, tem V.Exa. razão quando identifica alguns pontos que não estavam na medida original. Nós vamos apoiar o requerimento que reintegra esses pontos. Aquilo que foi o PLV produzido na Comissão estava constando em medidas provisórias, por diferentes razões, mas a principal foi o período eleitoral, que acabou caducando. Então, ela recupera um conjunto de debates e uma série de convergências estabelecidas.

Quero destacar que essa medida foi aprovada, por unanimidade, na Comissão Mista destinada a analisá-la. Então, não só somos a favor como também



apoiamos o requerimento que reintegra os itens que, num primeiro momento, a Mesa determinou a saída.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Deputado Wilson Filho.

O SR. WILSON FILHO (PTB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero deixar registrado que, na tarde e noite de hoje, a Comissão Especial da reformulação do ensino médio votou o relatório final do novo ensino médio brasileiro.

E eu quero agradecer a duas pessoas: a V.Exa., Sr. Presidente, que, quando Líder do PMDB, e eu filiado ao PMDB, me deu a oportunidade de ser o Relator da matéria, e ao Líder Deputado Jovair Arantes, do PTB, que, na mudança de partido, quando eu me mudei para o PTB, me deu a oportunidade de continuar Relator. Quero também, Sr. Presidente, na pessoa do Presidente Reginaldo Lopes, parabenizar todos os membros da Comissão do novo ensino médio brasileiro.

O maior gargalo do crescimento do nosso País é a educação e, com certeza, pelos dados comprovados, o maior gargalo da educação brasileira hoje é o ensino médio, num sistema totalmente desatualizado. Com o nosso relatório, representando a Comissão, nós mudamos muita coisa. Deixamos um sistema interessante para os estudantes, para os professores e para o Brasil.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Eu peço aos Parlamentares que acorram ao plenário para que possamos alcançar o quórum rapidamente. Faço



um apelo aos Srs. Parlamentares que estão no cafezinho, que estão lanchando, que cheguem ao plenário, pois faltam apenas 20 Deputados para alcançarmos o quórum.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior votei com o meu partido.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, haverá sessão do Congresso ou foi cancelada?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Haverá sessão do Congresso, é lógico. A LDO tem que ser votada hoje.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Henrique Eduardo Alves, V.Exa. não pode fazer o que fez agora. Acho que V.Exa. cometeu um equívoco. Não foi um erro proposital, foi um equívoco.

O art. 153, contra inclusive o voto do Relator — o Relator contra nós —, nós aprovamos na Comissão. O Relator tinha a obrigação de colocar o art. 153.

E, segundo o Regimento, se nós o aprovamos lá na Comissão Mista, V.Exa. não pode ter a prerrogativa de retirá-lo. Acho que foi um equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Lógico que posso. Se considerar a matéria estranha, cabe à Presidência retirá-la.

O SR. SILVIO COSTA - Não, Sr. Presidente; não é matéria estranha. Se V.Exa. considerar a matéria estranha, então esqueça a MP. Não dá para ter dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Nós retiramos mais de 20 artigos, Deputado, que a Câmara vai querer repor, derrotando o Presidente.



O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, por favor! Eu não acho justo. O que eu estou apelando aqui é para crédito de terceiro. Isto não é matéria estranha à MP nº 656.

V.Exa. cometeu um equívoco. Por favor! V.Exa. está terminando com muito talento...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Eu posso ser derrotado pelo Plenário, Deputado. Há várias matérias que eu retirei. O Plenário vai discordar e vai me derrotar. Mas essa já é matéria vencida, por quatro consultores desta Casa. É matéria vencida, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, se V.Exa. considerou o art. 153, que fala de crédito de terceiro, como matéria estranha, V.Exa. está usando dois pesos e duas medidas, porque se há uma MP que é campeã de jabuti é essa MP, que é campeã de corpo estranho.

Então, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Por isso nós tiramos mais de 40 artigos, porque a Mesa assim considerou.

O SR. SILVIO COSTA - Tudo bem, Sr. Presidente. Mas não é justo tirar o art. 153.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deputado, é matéria vencida. Se a Câmara quiser derrotar o Presidente — e vai tentar repor vários artigos —, poderá fazê-lo, inclusive em relação ao art. 153. Os Deputados já estão se articulando para reincluir vários artigos.

O SR. SILVIO COSTA - Mas o meu partido, por exemplo, só tem direito a um destaque, Sr. Presidente. O meu partido, regimentalmente, só tem um destaque.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Mas cabe recurso à decisão do Presidente, Deputado. É matéria resolvida.

Faltam sete Deputados para alcançarmos o quórum.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, havia um Líder da Oposição na época em que eu era Governo que falava: *“Jabuti no toco ou é enchente ou é mão de gente”*. Medida provisória cheia de jabutis é mão de gente, não é enchente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Mas, Deputado, já foram retirados mais de 40 artigos. Agora, o Plenário é soberano. Se achar que eu estou equivocado e que eles são matéria... Faltam apenas sete Deputados.

O SR. DANILO CABRAL (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Danilo Cabral votou com o PSB na votação anterior.

O SR. JESUS RODRIGUES (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sobre o projeto de lei que trata do emplacamento de máquinas agrícolas, eu queria dizer que apresentei um voto favorável ao primeiro registro apenas, ao CRV — Certificado de Registro de Veículo, para máquinas agrícolas. Não teria licenciamento, não teria IPVAs futuros. Isso caberia apenas às máquinas de construção civil que transitam nas vias públicas dos centros urbanos entre as obras e o pátio das empresas. Essas, sim, teriam emplacamento, teriam licenciamento, etc. Máquina agrícola que fica no campo teria apenas o primeiro registro, para constar dentro do órgão de trânsito que aquela máquina pertence a uma pessoa.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agora, para arredondar, quero fazer um elogio ao Deputado Eduardo



Cunha. O Deputado Eduardo Cunha realmente é um craque do Regimento. Ele me chamou ali e me comunicou que fez uma emenda global. Então, eu queria pedir a todo mundo...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - ...para derrotar o Presidente da Casa. O que eu posso fazer?

O SR. SILVIO COSTA - Não se trata de derrotar o atual, talvez seja para prestigiar — ele é candidato a Presidente — o futuro Presidente. Ele sabe, por exemplo, que eu tenho um compromisso, mas preciso elogiar e ser justo: ele é um craque do Regimento e fez uma emenda global. Vamos todos com Eduardo Cunha!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Sem comentários.

O SR. BOHN GASS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Pois não, Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu só quero fazer um destaque. Se for global, nós vamos estar contemplados. Mas, de qualquer forma, em relação à MP 656, na Emenda nº 115, que trata do emplacamento dos equipamentos agrícolas, tratores e colheitadeiras, a Presidenta Dilma já havia resolvido isso — impedir que ninguém fizesse o emplacamento. Apenas os novos fariam o seu licenciamento, uma vez, sem pagar, anualmente, valendo a carteira B.

Infelizmente, este Congresso não votou a Medida Provisória nº 656. E nós incluímos isso, por meio de um processo de articulação entre os vários Parlamentares, nesta medida provisória.



Eu gostaria que isso fosse repostado nesta votação, para darmos tranquilidade aos nossos agricultores, para não precisarem fazer o emplantamento, valer a carteira B, não haver o custo adicional de renovação anual, e, com isso, poderem produzir com tranquilidade.

A questão é a seguinte: usa-se, excepcionalmente, a estrada com um equipamento agrícola. Isso não justifica ele ter o mesmo tratamento dado hoje a um caminhão, regra que o CONTRAN queria impor aos agricultores. A Presidenta Dilma...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Faltam apenas quatro Deputados para alcançarmos o quórum.

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, gostaria apenas de um esclarecimento, até alcançarmos o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deputado Glauber, pois não.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. pretende votar no dia de hoje, então, as duas medidas provisórias somente?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Somente.

O SR. GLAUBER BRAGA - Logo depois, sessão do Congresso Nacional?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Exatamente. E amanhã, a partir da 9 horas da manhã, a questão dos aumentos, a PEC do Comércio Eletrônico, o projeto da urgência constitucional que tranca a pauta, para que



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Item 2.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 656, DE 2014

(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 656, de 2014, que reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins – Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores, prorroga benefícios, altera o art. 46 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão Mista, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória e das modificações constantes do Relatório e das erratas, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação desta e pela aprovação integral ou parcial das Emendas de nºs 33, 45, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 64, 66, 67, 69, 78, 98, 118, 121, 129, 130, 148, 180, 228, 259, 264, 266, 267, 268, 348, 353 e 371 na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2014, e pela



rejeição das demais emendas. Foram aprovados os destaques às Emendas de nºs 8, 9, 216 e 355, ficando as proposições incorporadas ao Projeto de Lei de Conversão. Aprovou-se, também, destaque supressivo aos artigos 122, 123 e 124 (Capítulo XI), sendo, portanto, esses artigos suprimidos do Projeto de Lei de Conversão apresentado pelo Relator, renumerando-se os demais. (Relator: Senador Romero Jucá e Relator Revisor: Deputado Eduardo Cunha)



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Há recurso sobre a mesa.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Pois não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - O recurso, vamos votar o recurso!

O SR. VANDERLEI MACRIS - Eu quero encaminhar contra o recurso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Já passou a discussão. Agora é a votação. (*Pausa.*)

Não há orador. Declaro encerrada a discussão.



O SR. VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu quero discutir a proposta de recurso.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Já se encerrou a discussão, Deputado, anteriormente.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu tinha registrado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - V.Exa. tem a palavra como Líder.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Não, eu gostaria de encaminhar contra o requerimento do recurso.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Pode encaminhar. V.Exa. tem a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, nós já iniciamos a votação, não é?

O SR. EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, V.Exa. não anunciou o que vai ser encaminhado.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Sobre a mesa recurso contra a decisão do Presidente que considerou como não escritos todos os artigos elencados na decisão do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2014 (Medida Provisória nº 656, de 2014) e as emendas, por se tratarem de matéria estranha.

É esse o recurso que está em votação.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Para encaminhar contra, com a palavra o Deputado Macris.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Já iniciou a votação, não é, Sr. Presidente? Já declarou a votação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Em votação.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a proposta de recurso em relação às matérias que foram retiradas do texto do relatório não tem cabimento. Por que não tem cabimento? Ele está sendo feito de maneira generalizada, para todas as matérias, para 100% das matérias que o Presidente desta Casa considerou que não têm conexão com a proposta inicial.

Essa questão, Sr. Presidente, é que está neste momento sendo discutida. Quanto ao recurso apresentado — e o Plenário haverá de se manifestar neste momento em relação ao recurso —, seria importante que nós tivéssemos a possibilidade de um entendimento entre os Líderes partidários sobre cada uma dessas questões.

Se há dúvidas, por exemplo, sobre algumas dessas matérias, é necessário que haja também o entendimento dos Líderes partidários para saber qual matéria nós poderíamos destacar dentro de um acordo em relação a essa questão, e não simplesmente fazer um recurso, como fez o Deputado Eduardo Cunha, para todas as matérias que o Presidente rejeitou.

Se o Presidente rejeitou baseando-se tecnicamente na orientação dos assessores, e a análise técnica levou efetivamente a essa sua decisão, por que o Plenário haverá de mudar a decisão do Presidente, simplesmente de maneira



globalizada? O pedido de recurso é para que voltem todas as matérias que o Presidente da Casa considerou alheias à matéria principal.

Portanto, nós temos uma posição contrária a esse recurso estabelecido, até porque há matérias absurdas que estão agasalhadas nessa questão. Nós estamos pedindo alguns destaques. Um deles, por exemplo, é sobre o art. 127 da proposta.

O art. 127 está, na verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, garantindo que condições excepcionais possam ser concedidas, com sobrepreço, principalmente de 25%, como margem de preferência, em relação a bens e serviços de importados governamentais. Ou seja, cadê a competitividade da indústria brasileira, Sr. Presidente, que deve ser estimulada num plano global, e não individualizada como essa, em que se dão 25% de possibilidade?

Então, Sr. Presidente, não há como a gente votar favoravelmente a esse recurso, que simplesmente elimina a decisão de um Presidente — V.Exa., Presidente da Casa — que foi orientado por seus técnicos a simplesmente rejeitar essas medidas que estão sendo retomadas pela proposta do Deputado Eduardo Cunha.

Ora, nós não podemos concordar. Essa é uma medida...

(O microfone é desligado.)

O SR. EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a favor.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Vou concluir, Sr. Presidente. Essa é uma proposta simplesmente inoportuna. Ela deveria ter sido discutida entre os Líderes partidários, para se ver qual dessas matérias poderia ser parte de um entendimento, o que não foi feito. Isso está sendo feito no atropelo, e esse atropelo não é bom, até



porque essa medida provisória vai vencer em março do ano que vem — em março do ano que vem! Não há problema de anualidade também, não, porque isso é IPI.

Então, esses argumentos não procedem, esses argumentos não se sustentam, e nós não podemos admitir... O Presidente da Casa, orientado por sua assessoria, simplesmente tira do relatório essas matérias, e o que acontece? Um recurso vai devolvê-las, todas? São 43 matérias novas apresentadas nessa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Pois não.

O SR. EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Em primeiro lugar, Sr. Presidente, nós estamos repondo aquilo que a Comissão Mista, que estava formada por todos os partidos, e na qual o PSDB tinha Deputados e Senadores que votaram, encaminharam e aprovaram o texto... Não temos nada feito depois. O Relator apresentou o relatório, pediram vista, apresentaram destaque, acrescentaram texto. Estava lá o Senador Aloysio Nunes, o Senador Flexa Ribeiro, vários Deputados. Todos participaram. Inclusive, houve a incorporação de uma medida provisória sobre a aviação regional, relatada pelo PSDB, que perdeu o prazo.

Então, não há que se falar que se desconhecia a matéria. Poderia não concordar e ter se insurgido naquele momento, mas, naquele momento, o PSDB votou favorável a tudo, fez parte do acordo.



Então, não é possível agora, aqui no plenário, haver uma dissonância. Estão querendo fazer parecer que alguém colocou alguma coisa aqui. Mas não colocou. Apenas se está repondo um acordo. E, eventualmente, quem quiser retirar que retire.

Sr. Presidente, o PMDB vai retirar todos os seus cinco destaques, inclusive as emendas de redação. O PMDB está retirando os cinco, para que a gente possa votar. Então, Sr. Presidente, recurso a favor, para manter o acordado na Comissão.

Os partidos precisam entender o seguinte: quando se criou a Comissão Mista, e todos estão representados, não se poderia ignorar que existe uma Comissão debatendo, votando e trazendo a matéria ao plenário. Quando se ignora isso e depois chega aqui ao plenário e acha que está se deparando com uma matéria que não conhece, é porque não cumpriu o papel de acompanhar e até mesmo de ir contra os seus pares representantes daquela Comissão que concordaram, em nome do partido, com o conteúdo.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, pelo PT.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Eduardo Cunha, V.Exa. está dizendo, então, que, se o jabuti passar despercebido, vale.

O SR. EDUARDO CUNHA - Não é despercebido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Despercebido no plenário. Aí, ultrapassa a lei.

O SR. AFONSO FLORENCE - Presidente, pelo PT.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 294.4.54.O

Data: 16/12/2014

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Em votação.



O SR. VANDERLEI MACRIS - Para orientar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Deputado Florence.

Agora, passamos à votação.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu presidi a Comissão Especial da MP 656. Eu tenho a obrigação de dar meu testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - É lógico!

O SR. AFONSO FLORENCE - O Senador Jucá apresentou um relatório na Comissão, e ali nós identificamos um conjunto de emendas. Foi avaliado, no Plenário da Comissão, que havia divergências profundas. Era consenso que o relatório, o PLV tinha que tramitar e vir ao Plenário da Câmara, para depois, ainda no prazo regimental e por determinação do Presidente Renan, ir para o Senado. O que havia de divergência naquele momento no plenário nós votamos.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Aprovaram.

O SR. AFONSO FLORENCE - E retiramos, ali, no voto.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Aprovaram.

O SR. AFONSO FLORENCE - Aprovamos. E houve pontos que não foram aprovados, que foram retirados. Esse foi o nosso acerto ali.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Então, o que chegou aqui foi aprovado?

O SR. AFONSO FLORENCE - O que chegou aqui foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O.k.

O SR. AFONSO FLORENCE - E por isso, apesar de...



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Vamos votar, Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE - Temos que reconhecer que pode haver temas controversos. Mas eu acho que o encaminhamento do Líder Eduardo Cunha está correto.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O.k.

O SR. AFONSO FLORENCE - E, se nós formos por aí, o PT, para garantir a viabilização da sessão do Congresso Nacional, vai retirar seus quatro destaques.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Eu quero agradecer ao PMDB, que retira cinco destaques, e ao PT, que retira quatro destaques, numa colaboração para votarmos essa matéria.

Como encaminha o PMDB?

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PMDB, “sim” ao recurso.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - “Sim” ao recurso.

O PT encaminha “sim” ao recurso?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PT, “sim” ao recurso.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como encaminha o Bloco PP/PROS?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Sim” ao recurso.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - “Sim.”

Como encaminha o PSD?



O SR. EDUARDO SCIARRA (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O PSD encaminha “sim” ao recurso e também retira uma emenda que apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Muito obrigado ao PSD, que colabora com a votação nesta Casa.

Como encaminha o PSDB?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB vota “não” ao recurso, até porque, pelas razões que apresentei na tribuna desta Casa, é uma decisão que V.Exa. tomou de maneira global. Esse é um recurso também de maneira global, sem que a gente entre no detalhe, num possível entendimento, que evidentemente sempre é possível nesta Casa em relação a matérias específicas, detalhadas, pontuais, que poderiam ser parte de um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O.k.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Como o Deputado Eduardo Cunha apresenta recurso de maneira generalizada, nós não podemos concordar. É por isso que nós votamos “não” a essa proposta, Sr. Presidente.

E mais ainda: não tem razão o Deputado quando argumenta que alguns dos Parlamentares do PSDB participaram dessas discussões na Comissão Especial. O Plenário é soberano, e aqui é perfeitamente possível você fazer alteração em relação às decisões das Comissões. As decisões das Comissões não são decisões definitivas. O Plenário é soberano e aqui pode, como faz sempre, mudar a decisão das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PR, rapidamente?



O SR. JORGINHO MELLO (Bloco/PR-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PR vota “sim”.

Como vota o DEM?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a posição do Democratas será “não”. Vejam bem o absurdo que está proposto: agora o JBS está criando também um canal de televisão, igual à *TV Câmara* e à *TV Senado*. É verdade! Passou a ser um canal que ele impõe a toda a grade de televisão agora, da Net, da Sky. É inédita uma coisa dessas!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O DEM vota “não”?

O SR. RONALDO CAIADO - Eu não sei de onde partiu essa emenda, Sr. Presidente, em que um Parlamentar apresenta essa concessão específica ao JBS. É inaceitável.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O DEM vota “não”?

O SR. RONALDO CAIADO - A posição do Democratas é “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O DEM vota “não”.

Como vota o PSB? (*Pausa.*)

Como vota o Solidariedade?

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - “Sim”.

Como vota o PDT?



O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Mantendo a linha de coerência, contra matérias estranhas, Sr. Presidente, o PDT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vota “não”.

Como vota o PTB?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, rapidamente, votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PCdoB?
(Pausa.)

Como vota o PSC?

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, é preciso ficar clara uma coisa: o DEM está prejudicando, na verdade, grande parte do setor produtivo brasileiro, por implicância do competente Senador Ronaldo Caiado. Ele sabe muito bem que nessa emenda global, se aprovada aqui, alguns itens serão vetados pela Presidente Dilma. Então, na verdade, o Deputado Caiado deveria repensar o voto do DEM. Fiz um apelo ao Deputado Mendonça Filho.

O PSC sempre vota com a geração de emprego e renda. O PSC vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PSC vota “sim”.

O PRB como vota?

O SR. CÉSAR HALUM (PRB-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PRB vota “sim”.

O PV como vota?



O SR. EURICO JÚNIOR (PV-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV vai encaminhar a votação “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - PV “não”.

Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS já antecipou até sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Voto “sim”.

O SR. ARNALDO JARDIM - O nosso voto é “sim”, para preservar aquilo que foi acordado e se transformou no PLV aprovado por unanimidade na Comissão Mista que analisou a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Foi aprovado por unanimidade, tem razão V.Exa.

Como vota o PSOL, Deputado Ivan Valente, rapidamente?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, antes de dedicar o meu voto, eu queria dizer que, na sessão do Congresso, nós não vamos permitir a passagem do painel para o Senado. Vamos exigir um sexto na Mesa — e das duas Casas — para o funcionamento, só para começar.

Em segundo lugar, Presidente, nós queríamos dizer o seguinte: aqui nós discutimos em MP urgência e relevância, e não ter mais jabutis. Não foi isso que nós combinamos nas MPs? Pois aqui elas estão carregadas de jabotis, inclusive das Ilhas Galápagos, aqueles grandes jabutis,...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PSOL?



O SR. IVAN VALENTE - ...como os que vieram lá da MP 653, da farmácia. Aí veio o problema da JBS aqui, que foi referido, o da ANVISA e tantos outros jabutis que estão aí embutidos. Nós não podemos concordar com isso, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE - ...e muito menos ainda com isenção de impostos, de PIS/COFINS, que arrasam com a Previdência, e do Imposto de Renda e reduções.

O PSOL vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PMN?
(Pausa.) O PMN como vota?

O SR. PASTOR EURICO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PSB, “sim”.

Como vota o PMN?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente...

O SR. JOÃO ANANIAS (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB, “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PCdoB, “sim”. (Pausa.)

Como vota o PMN? (Pausa.)

Como vota o PEN? (Pausa.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Para uma revisão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Líder Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós compreendemos que haja uma certa leniência, neste



momento, em relação a jabuti, tartaruga e outros quelônios. Agora, V.Exa. estava no caminho certo. Compete à Mesa e ao Presidente retirar corpos estranhos de medida provisória, não interessa como é que eles entraram. E, neste momento, nós estamos sendo lenientes, estamos retroagindo.

Por isso, para não haver uma encrenca maior, a orientação é liberar.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O Bloco/PP libera.

Como vota o PMN, que não se manifestou? *(Pausa.)*

Como vota o PMN? *(Pausa.)*

Como vota o PEN? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, esta matéria tem alguns aspectos — já até me manifestei de maneira clara — que vão ao encontro do interesse do povo brasileiro, como a isenção de IPVA, de emplacamento, de máquinas agrícolas, a que nós somos amplamente favoráveis. Mas há matérias também controversas.

Por isso, a Minoria vai liberar.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O.k.

A Maioria como vota? Líder do Governo? *(Pausa.)*

Eu quero chamar a atenção dos Srs. Parlamentares: a votação será simbólica, observem no painel...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco/PR-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR libera a bancada.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - ...a manifestação dos Srs. Líderes. A votação será simbólica.

Com a palavra o Líder do Governo.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, o Governo quer pedir a este Plenário que nós mantenhamos o quórum para fazer a sessão do Congresso Nacional e votarmos a LDO, muito importante para o País.

Esta medida provisória incluiu um conjunto de mudanças sobre as quais existem sim dúvidas do Governo, mas nós entendemos que é preciso votar a medida provisória. E, para votar a medida provisória, o acordo feito é o de votarmos sem destaques, com rapidez, porque hoje é o penúltimo dia da sessão legislativa.

Por isso, o Governo encaminha o voto “sim”, ressaltando que não tem o compromisso de sanção de toda a medida provisória.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 294.4.54.O

Data: 16/12/2014

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Em votação o recurso.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.



O SR. RONALDO CAIADO - Maioria, Presidente! Rejeitado, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Que rejeitado, Deputado Ronaldo Caiado! É só saber contar!

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP) - Verificação, Presidente!

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) - Verificação, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Em votação o parecer da Comissão Mista.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mas V.Exa. não concedeu a verificação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Não.

O SR. RONALDO CAIADO - A verificação tem apoio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Não tinha apoio. Apenas o PSOL pediu, e não tinha verificação.

O SR. RONALDO CAIADO - E o Democratas, Presidente?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O DEM está dando apoio, Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO - O PSOL e o Democratas.

O SR. IVAN VALENTE - O PSDB também está dando apoio.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB dá também, Sr. Presidente. O PSDB também dá apoio, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO - O DEM dá apoio, Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP dá apoio, Presidente.



O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Matéria vencida, Presidente! O tempo passou.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Presidente, matéria vencida, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Já é matéria vencida.

O SR. SILVIO COSTA - Matéria vencida, Presidente. O Deputado Caiado
agora é Senador!



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Em votação o parecer da Comissão Mista na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.



O SR. JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, o Deputado João Magalhães votou com o PMDB.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Sobre a mesa requerimento do Líder Ivan Valente:

“Sr. Presidente, requeiro, na forma do art. 117, inciso XII, do Regimento Interno, que a votação do requerimento de votação artigo por artigo da Medida Provisória nº 656, de 2014, seja realizada pelo procedimento nominal.”



O SR. IVAN VALENTE - Para encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PSOL quer votar artigo por artigo porque, exatamente, entrou muito artigo aqui que é jabuti.

Vejam V.Exas. que a Medida Provisória nº 653 já foi editada para revogar a Lei nº 10.023, que trata de assistência farmacêutica integral, aprovada por unanimidade nesta Casa. Eles enfiaram jabutis sobre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e também sobre a JBS-Friboi, que está sendo ventilada aqui — esta, sim, bem reconhecida por muitos que estão aqui no plenário.

Nós não podemos aceitar que argumentos sem urgência e relevância venham na medida provisória. Mais ainda: a medida provisória precisa de um objeto específico.

Na verdade, Deputado Vanderlei Macris, Deputado Ronaldo Caiado, nós temos a chance agora de pedir a verificação, com o apoio dos dois partidos, e vamos fazê-lo novamente. Por quê? A medida provisória deve tratar de uma questão direta, que tenha urgência e relevância, mas o que foi colocado aqui foi uma série de questões que destacam o aprofundamento de benefícios fiscais para Imposto de Renda — Pessoa Jurídica, redução de multas, isenção de PIS/COFINS —, o que significa menos dinheiro para a Previdência, para depois dizerem que o caixa da Previdência está quebrado. É isso o que acontece. Você isenta todas as empresas de pagar a Previdência, e os meios de comunicação vão dizer: “*A Previdência está quebrada*”.



Então, até por princípio, nós somos contra todas as isenções que incidem sobre o caixa da Previdência por uma razão muito simples: o orçamento da Seguridade Social é superavitário. E o que se faz de propaganda negativa pelos meios de comunicação... É outra coisa dizer que tem que haver equilíbrio de caixa entre os que pagam e os que recebem.

Não é isso! Não é isso a Previdência brasileira. Nós continuamos aqui isentando grandes empresas, fora a sonegação fiscal, fora a Dívida Ativa da União, que está em 1 trilhão e 200 bilhões, e calcula-se sonegação fiscal de 500 bilhões.

Por isso, Sr. Presidente, nós queremos discutir artigo por artigo, para retirar aqueles que não servem ao povo brasileiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, seria muito bom votarmos artigo por artigo, pois, assim, pelo menos, nós seríamos apresentados a cada um dos jabutis. Seria muito útil conhecer e dar um nome para cada um.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos votar.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Os Srs. Deputados que forem a favor da votação artigo por artigo, pelo procedimento nominal, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Passa-se à apreciação de requerimento de votação artigo por artigo:

“Senhor Presidente, requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 117, XIII, e 101, 3, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que a MP 656, de 2014, seja votada artigo por artigo.

Termos em que pede deferimento.”



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O Deputado Ivan Valente, logicamente, não precisará falar mais, mas é o autor do requerimento.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agora eu vou conceder a palavra ao Vice-Líder, Deputado Chico Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Faz muito bem.

Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Agradeço ao Líder por ter me concedido a palavra.

Sr. Presidente, nós estamos aqui no estrito cumprimento do Regimento, porque V.Exa. indica que amanhã a Comissão Especial da PEC cujo procedimento final está sob investigação até no Supremo Tribunal Federal tem que concluir os trabalhos.

Nós discordamos radicalmente disso, mas vamos trabalhar de acordo com o Regimento. Nós estamos hoje aqui descumprindo algo já decidido por esta Casa. Não podem ser inseridas matérias estranhas no texto das medidas provisórias, e devemos fazer com que as medidas provisórias cumpram o que o preceito constitucional diz: urgência, relevância e assunto específico. O texto não pode agregar vários penduricalhos, como uma árvore de Natal — mesmo estando nós a uma semana dessa festa da cristandade —, até porque esses são presentes de grego. Ali dentro há vários inimigos do interesse público, do bom senso, da razoabilidade, dos preceitos da administração pública, como a legalidade, a moralidade e até a publicidade.



Daí a nossa insistência nessa votação artigo por artigo. Daí a nossa tenacidade, nesta hora, às 23h14min, em fazermos esta teimosia aqui, para que possamos cumprir o bom processo legislativo.

Esta Casa não pode encerrar o ano legislativo apreciando medidas provisórias e negando o que ela própria deveria fazer — depois de viver momentos difíceis, de acusações, de ansiedade de legislar, na medida em que muitas vezes o Executivo nos avassala. Parece que tudo o que nós discutimos, deliberamos e resolvemos aqui não está valendo. Parece até que estamos vendo nas medidas provisórias um meio de fazer o que temos que fazer ordinariamente, através de projetos de lei.

Por isso a nossa posição é clara, é insistente, é cristalina. Queremos votar artigo por artigo. Queremos examinar cada matéria com toda propriedade. Queremos dizer inclusive que não é obrigatório que Comissões Especiais da Casa tenham que concluir o seu trabalho quando ele está absolutamente questionado. Essa própria conclusão vai se voltar contra a Casa — e falo isso a respeito da PEC 215, que é a PEC da polêmica e do extermínio dos povos indígenas.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Em votação o requerimento de votação artigo por artigo.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Os Srs. Deputados que forem a favor da votação artigo por artigo permaneçam como se achem. *(Pausa.)*

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Em votação o Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2014, adotado pela Comissão Mista da Medida Provisória, ressalvados os destaques.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se achem. (*Pausa.*)

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Faço um apelo, pois há muitos destaques aqui. Vários partidos já os retiraram, colaborando com as votações. Há vários destaques do PSB e de outros partidos.

Gostaria de saber se poderiam fazer o mesmo para agilizar o processo de votação? O PT já os retirou, o PMDB também. Vários partidos já retiraram seus destaques.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB mantém os destaques, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PSDB mantém os destaques. É um destaque?

O SR. RICARDO IZAR (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD mantém o destaque do art. 123, Sr. Presidente, do Capítulo 5.

O SR. VANDERLEI MACRIS - São dois destaques, o art. 125 e o art. 132.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - São destaques de expressão, Deputado Macris?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Há destaques e emendas do PSB, a 239, a 241; do PDT, a Emenda nº 331. Poderiam ser retiradas? Do Solidariedade, a 243; do DEM, a 230; do PSC, a 22. Esses partidos concordariam em retirar esses destaques e emendas?

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC retira o destaque.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Ao PSC agradeço por retirar o destaque.

Do DEM, a Emenda nº 230.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu mantenho, Sr. Presidente. É uma votação muito simples e rápida. A gente não vai ter nem grandes discussões, rapidinho, simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Então, é simples e rápida e mantém?

O SR. MENDONÇA FILHO - Mantenho o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Mas é tão simples e tão rápido e mantém?

O SR. MENDONÇA FILHO - É para manter, para discutir, para debater.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - A Emenda nº 331, apresentada pelo PDT. Retira?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a emenda na verdade é do Deputado Bilac Pinto. Se todos os outros retirarem, o PDT também a retira.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Agradeço ao PDT.

Do Solidariedade, a Emenda nº 243?

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o Solidariedade retira a emenda.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Muito obrigado, Solidariedade. Agradeço aos partidos que estão colaborando, e todos estão retirando.

Do PSB, as Emendas nºs 241 e 239.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB tem a consciência da importância dos destaques que foram apresentados pelo Deputado Alfredo Sirkis, que são intenção do Deputado Sirkis, foram solicitados por ele e apresentados pelo PSB. Mas, sabedor da dificuldade da aprovação dessas emendas no dia de hoje, o PSB também retira os destaques.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Muito obrigado ao PSB. Obrigado ao Solidariedade, ao PDT, ao DEM e ao PSC. O PTB, a Emenda nº 223... Retira também? E o DEM em relação à Emenda nº 223? A mesma coisa? Como vota o DEM em relação à 223?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Mantém, Sr. Presidente. Mantém. Essa é a do Imposto de Renda ou não?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - A MP 223 é relativa a...

O SR. MENDONÇA FILHO - Mantém.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Retira?

O SR. MENDONÇA FILHO - Não, mantém.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Retira?

O SR. MENDONÇA FILHO - Mantém.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Mas o DEM não retirou nenhuma? Não deu nenhuma colaboração?

O SR. MENDONÇA FILHO - Eu vou escolher uma das duas para retirar e prestar uma homenagem a V.Exa. Vá avançando! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Então, uma das duas será retirada pelo DEM: a 223 ou a 230. Eu aguardo a homenagem de V.Exa. Que seja rápida essa homenagem!



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos passar à votação de destaque de votação em separado da medida provisória... (*Pausa.*)

O Deputado Lourival Mendes está presente? Há um destaque simples de sua autoria. Se ele não estiver presente, esse destaque estará prejudicado.

Está prejudicado.



O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vai manter os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PR tem um destaque de votação em separado da expressão "*de até 60 passageiros transportados*". É isso?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Retira?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Não, mantém, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Esse é do texto e nem poderia ser retirado. Foram retirados de emenda...

Vamos passar, portanto, ao processo de votação.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quais foram os destaques que ficaram, Sr. Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Destaque do PR:

“Senhor Presidente, requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 161, inciso V, c/c seu § 2º, do RICD, destaque para votação em separado da expressão ‘de até 60 passageiros transportados’, constante do inciso III do art. 117 do PLV 18/2004, apresentado à MP 656/2014, com objetivo de suprimi-la.”



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Destaque do PR.

Com a palavra o Deputado Lincoln Portela para encaminhar.

O PR quer encaminhar a favor do destaque? *(Pausa.)*

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Vamos encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Pois não.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, da forma como está redigido, o texto limita a possibilidade de concessão de subvenção de voos regionais em aviões com capacidade para transporte de mais de 120 passageiros.

A gente defende que as empresas aéreas tenham liberdade e possam escolher o tipo de aeronave com que pretendem realizar esse transporte, podendo ser, por exemplo, aqueles que transportam até 60 passageiros. Esse é o objetivo do destaque.

O SR. EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos passar, portanto, à votação.

O SR. EDUARDO SCIARRA (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, eu queria dizer que retirei o recurso da Emenda nº 118, do PSD.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - É verdade.

O SR. EDUARDO SCIARRA - Só isso e tão somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SCIARRA - Os destaques permanecem, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Qual é o destaque do PSD?



O SR. EDUARDO SCIARRA - Os Deputados que apresentaram os dois destaques do PSD querem que eles permaneçam. Eu retirei o recurso da Emenda nº 118.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Tem um destaque do PSD em relação ao art. 123. É esse? *(Pausa.)* É esse que permanece.

Há outro destaque do PSD, do Capítulo V. São os dois? *(Pausa.)* Ok.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Em votação, portanto, o destaque para votação em separado do Bloco/PR, da expressão “de até 60 passageiros”.

Como orienta o PT?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vai votar “sim”, pela manutenção do texto, entendendo que a preocupação não se corresponde, porque o Governo está subsidiando aí o transporte de passageiros com até 60 lugares.

Por isso, o PT quer manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PT mantém o texto.

Como vota o PMDB?

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB mantém o texto.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PP/PROS?

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Partido Progressista vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Mantém o texto.

Como vota o PSD? (*Pausa.*) “Sim”.

Como vota o PSDB?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PR?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “não”, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PR vota “não”, lógico, autor do destaque.

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade?

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PDT?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Sim”.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO ANANIAS (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PSC?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PRB?

O SR. GEORGE HILTON (PRB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PSOL?



O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta emenda, se tirar esse limite de 60 passageiros, não estaremos mais falando de aviação regional; se extrapolar o limite para 170 passageiros ou qualquer outra coisa, subsidiar tudo isso, não cabe mais um tipo de proposta como esta. Então, não dá para entender o porquê desta emenda. Qual é o critério que está sendo utilizado para se propor uma emenda como esta?

Nós entendemos que não poderia ser outro voto senão a manutenção do texto. Por isso, o PSOL vai orientar o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PSOL acompanha a maioria.

O SR. FRANCISCO TENÓRIO (PMN-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMN mantém o texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - PMN, “sim”.

Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 294.4.54.O

Data: 16/12/2014

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Os Srs. Deputados que aprovam o texto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

MANTIDO O TEXTO.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Destaque para a Emenda nº 223, do PTB.

“Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 161, II e § 2º, combinado com o art. 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para a votação da Emenda nº 223, relativa à seguinte proposição: MPV 656/14.”



O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, foi retirada, não foi? O PTB a retirou.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PTB retirou? Foi feito um acordo.

O SR. MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, o PTB manteve...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PTB manteve e o DEM retirou. O.k.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, temos ainda um outro destaque do PR, no mesmo artigo.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - No mesmo artigo, o art. 223?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Supressão da expressão "entre outros critérios".

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - É a Emenda nº 223? Não é nada do PR?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Em votação a emenda.

Aqueles que forem pela aprovação da emenda...

O SR. JORGE CÔRTE REAL - Sr. Presidente, podemos encaminhar a 223?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - V.Exa. pode encaminhar, é lógico.



O SR. JORGE CÔRTE REAL (PTB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é o seguinte: esta emenda é extremamente pertinente e oportuna, porque ela é dirigida a sanar uma dúvida que está havendo para quem presta um grande serviço principalmente à classe de baixa renda no Programa Minha Casa Minha Vida. Há duas maneiras de se prestar serviço: uma são as empresas diretamente contratadas, que contratam o serviço com a Caixa Econômica Federal e entregam a residência na faixa de até três salários mínimos; a outra maneira são as empresas que bancam os serviços e da mesma maneira entregam as casas nessa mesma faixa de renda.

Então, isto aqui serve para esclarecer, porque há uma interpretação um pouco diferente, que a benesse fiscal do Programa Minha Casa, Minha Vida só pode ser ou só deve ser destinada às empresas contratadas para construir diretamente com a Caixa. E o que se quer agora é fazer justiça. É para o empreendedor, o que se sujeita aos mesmos preços, às mesmas condições, ter também o mesmo tratamento fiscal nesse tipo de programa.

Por isso, achamos ser extremamente pertinente essa emenda.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade orienta favorável à emenda.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PMDB, “não”; o PT, “não”. Todos os demais, “não”?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas, “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Democratas, “sim”.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PPS, “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos orientar.

O PT, “não”; o PMDB, “não”.

Como vota o PP?

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PP orienta “sim”.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN - Desculpe-me, é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PP orienta “não”.

Como orienta o PSDB?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - “Sim”.

Como vota o PR?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR-AL. Pela ordem. Sem
revisão do orador.) - O PR, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PR, “não”.

Como vota o PSB? (*Pausa.*)

O Solidariedade votou. O PSB, “não”.

Como vota o PDT?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- “Não”.



O SR. JORGE CÔRTE REAL (PTB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O PTB, “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PTB, “sim”, logicamente, autor do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PSC?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PSC, “não”, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO ANANIAS (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB, “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - PCdoB, “não”; PSC, “não”.

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

O SR. RICARDO IZAR (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - PSD, “não”.

O PSOL não está aí. Vamos aproveitar e pular.

Como vota o PMN?

O SR. FRANCISCO TENÓRIO (PMN-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - “Não”.

Como vota o PEN? *(Pausa.)*

Vamos votar.



O SR. EURICO JÚNIOR (PV-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - PV, “sim”.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, “sim”, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Aqueles que forem pela aprovação da emenda permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADA.

O SR. MENDONÇA FILHO - Aprovada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Rejeitada.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Destaque de bancada do PSD.

“Senhor Presidente:

Requeiro a V.Exa., nos termos do Art. 161, § 2º do Regimento Interno, destaque do Capítulo V do Projeto de Lei de Conversão referente à MP 656, de 2014, a fim de que seja suprimido do texto.”



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Deputado Moreira Mendes. *(Pausa.)*

O Deputado Moreira Mendes está presente para encaminhar? *(Pausa.)*

Como se manifestam os Srs. Líderes?

O SR. RICARDO IZAR (PSD-SP. Sem revisão do orador.) - Esta emenda foi apresentada pelo Deputado Guilherme Campos, a pedido do Banco Central. Houve erros, houve falhas. Então, eles pediram a supressão.

É essa a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Muito prestígio do Deputado Guilherme Campos com o Banco Central. Parabenizo-o pelo prestígio. Está apresentando emendas em nome do Banco Central. Está com a bola cheia.

O PT como vota?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT quer manter o texto. Então, o voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - “Sim”.

Como vota o PMDB?

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB quer manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PP/PROS?

O SR. VILSON COVATTI (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PR?



O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR, “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PR, “sim”.

Como vota o DEM?

O SR. MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, pule a orientação para o PSB, porque a gente está avaliando com a assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade?

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade, “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O Solidariedade, “sim”.

Como vota o PDT?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PTB?

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PTB, “sim”.

Como vota o PCdoB?

O SR. JOÃO ANANIAS (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - “Sim”.

Como vota o PSC?



O SR. FILIPE PEREIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

“Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

O SR. BETO MANSUR (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB, “sim”, Sr. Presidente.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB também, “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PRB, “sim”.

O PSDB, “sim”.

O SR. EURICO JÚNIOR (PV-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - São todos “sim”, praticamente, então.

O PSD é o autor? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, “não”.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O DEM é “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O DEM é “sim”.

Como vota o PSOL? *(Pausa.)* Vamos aproveitar a ausência de Ivan Valente. Pule logo o Deputado.

Como vota o PMN?



O SR. FRANCISCO TENÓRIO (PMN-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMN mantém o texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PMN mantém o texto.

Como vota o PEN? (*Pausa.*)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 294.4.54.O

Data: 16/12/2014

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Aqueles que forem pela manutenção do capítulo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

ESTÁ MANTIDO O CAPÍTULO.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Sobre a mesa destaque para votação em separado do Bloco/PR:

“Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 161, inciso V c/c seu § 2º, do RICD, destaque para votação em separado da expressão ‘entre outros critérios’, constante do inciso III do artigo 117 do PLV 18/2014, apresentado à MP 656/2014, com objetivo de suprimi-la.”



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O Deputado Lincoln Portela, do PR, quer encaminhar? *(Pausa.)*

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Sr. Presidente, peço a palavra rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Pois não.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR-AL. Sem revisão do orador.) - Este artigo trata de concessão de subvenção econômica. Esta expressão “entre outros critérios” deixa muito vago, muito aberto.

Então, o PR defende que, para se fazer concessão, os critérios têm que ser claros.

Por isso, nós apresentamos a supressão dessa expressão.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PT, pela manutenção do texto?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT quer manter o texto: “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PT quer manter o texto.

O PMDB?

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB quer manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PP, Deputado Esperidião Amin?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero colocar uma questão que transcende esta



votação. A Chapelaria está praticamente inundada. O Anexo IV está sem energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - É um caos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Nós temos um prazo. Às 23h59min encerra o prazo para a apresentação de emendas coletivas e individuais ao Orçamento. Não é razoável, nestas condições, que esse prazo não seja...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O Relator Romero Jucá está aqui presente. Poderia prorrogar até o meio-dia?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Pelo menos até o meio-dia de amanhã. Como é que eu vou exigir...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - ...já que o Anexo IV está sem energia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - O Anexo IV está sem energia elétrica, o Anexo I também, a Chapelaria está inundada. Não é razoável, Presidente. Então, eu faço um apelo, como o nosso Relator ao vivo e a cores está aqui presente. Caso contrário, nós vamos pedir para obstruir isto aqui também. Não tem cabimento penalizar bancadas de Parlamentares por não poderem redigir e apresentar emendas numa situação de força maior, Presidente.

Faço o apelo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Se quiser piorar a situação, o elevador aqui também teve que ser paralisado, porque tem uma cachoeira em cima.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Eu perguntaria ao Relator Romero Jucá, abrindo uma excepcionalidade, se haveria alteração em relação a prazo, se até ao meio-dia poderiam ser apresentadas as emendas, se alteraria alguma coisa. Como V.Exa. está aqui, não é um elemento estranho nesta Casa, pergunto se até meio-dia, diante de uma excepcionalidade evidente, alteraria, em termos de prazo, para que não corrêsemos risco em relação à aprovação das emendas individuais.

O SR. ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, sem querer interferir na Câmara dos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Mas interferindo.

O SR. ROMERO JUCÁ - Eu sou Relator do Orçamento, não falo pelo Presidente da Comissão, mas, sem dúvida nenhuma, é importante que o bom senso possa prevalecer.

Então, nós iremos mandar esta questão ao Presidente da Comissão. Eu tenho certeza de que o prazo poderá ser esticado até meio-dia, para que as emendas possam ser entregues e nenhum Parlamentar possa ser prejudicado.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu fui informado pelo Deputado Eduardo Cunha que tinha uma emenda global...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - V.Exa. está ouvindo muito o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. SILVIO COSTA - Deixe-me concluir.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Lógico.



O SR. SILVIO COSTA - ...cujo recurso foi aprovado, e que a Emenda nº 223 estaria contemplada em um recurso do Deputado Eduardo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - A 153.

O SR. SILVIO COSTA - Não, a 223.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - V.Exa. questionou, se não me engano, a 153.

O SR. SILVIO COSTA - Não! Não! Não! A 223.

Eu perguntei e o Deputado Eduardo Cunha disse que estava contemplada.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Silvio Costa falou do art. 153, que teria sido retirado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Era 153. Lembro-me bem.

O SR. EDUARDO CUNHA - Ele disse que todos os artigos que haviam sido retirados ficavam contemplados se o recurso fosse acolhido.

Emendas que não viraram texto e não foram suprimidas pela decisão do Sr. Presidente não estavam contempladas no recurso. O artigo que V.Exa. falou sim, havia sido retirado pelo Presidente e retornou ao texto — art. 153.

O SR. SILVIO COSTA - Não! São dois assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deputado Silvio Costa, eu me lembro perfeitamente, até porque eu retirei o 153. Foi a este artigo que V.Exa. se referia, foi nominado por V.Exa. exatamente.

Vamos lá, vamos votar. Em processo de votação.

O SR. SILVIO COSTA - No grito, não! Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Não, pelo contrário, na razão.



O SR. SILVIO COSTA - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Pois não.

O SR. SILVIO COSTA - Foram dois assuntos que eu abordei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Não, o 153.

O SR. SILVIO COSTA - Dois. Foram dois.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Um apenas.

O SR. SILVIO COSTA - O tema que eu levantei para V.Exa. — que eu estava levantando quando o Deputado Eduardo Cunha se adiantou e falou da emenda global —, e que estava argumentando com V.Exa. é que V.Exa. teria excluído a 223...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Não!

O SR. SILVIO COSTA - ...porque era estranha. Veja, era estranha à MP. Aí, eu disse o seguinte: *“Se V.Exa. for excluir o que há de emenda estranha aí, vai excluir 50% das emendas”*. Nesse momento, o Deputado Eduardo Cunha disse: *“Eu fiz uma global colocando tudo”*. Na hora em que ele disse *“Eu fiz uma global”*, eu fiz até um elogio ao Deputado.

O SR. EDUARDO CUNHA - Eu fiz um recurso global.

O SR. SILVIO COSTA - Porque, na minha ótica, todos os destaques, ele fez o destaque global...

O SR. EDUARDO CUNHA - Deputado Silvio, acho que V.Exa. não entendeu.

O SR. SILVIO COSTA - Só um instantinho. Não fui eu apenas que entendi assim, a maioria eu tenho a certeza de que entendeu assim. Na hora em que ele comunica que fez um recurso global, é porque todas as emendas estariam ali, todas.

O SR. EDUARDO CUNHA - Não é emenda.



O SR. SILVIO COSTA - Então agora não é assim que a banda toca. Desse jeito, a gente vai mudar o tom da conversa.

O SR. EDUARDO CUNHA - Deputado, V.Exa. está confundindo emenda com texto. O que o Presidente retirou foi texto. As emendas existentes ao projeto de lei de conversão ou à medida provisória originária estão sendo destacadas. Por acaso a Emenda nº 223 foi destacada aqui.

O SR. SILVIO COSTA - Não! Não!

O SR. EDUARDO CUNHA - Então não há o que falar. V.Exa. explicitou — basta pegar as notas taquigráficas — o art. 153 do PLV.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O art. 153.

O SR. SILVIO COSTA - Deputado Eduardo Cunha, por favor, eu respeito V.Exa., que é craque em Regimento. Mas eu sou no mínimo um perna de pau do Regimento.

O SR. EDUARDO CUNHA - Mas eu não estou falando de Regimento. Eu estou falando daquilo que foi decidido.

O SR. SILVIO COSTA - Não, não é assim. Eu também entendo de Regimento. Não é só V.Exa. que entende.

V.Exa. comunicou aí, e está gravado, que ia fazer um destaque global, não do texto. Foi um destaque global...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Foi um recurso.

O SR. SILVIO COSTA - ...de tudo o que Presidente tinha respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Não foi destaque, Deputado. Foi um recurso global.



O SR. SILVIO COSTA - Foi um recurso global. Tudo bem, todo caminho dá na venda. Foi um recurso global, onde se colocaram todas as emendas. Foi essa a informação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deputado Silvio Costa, a Emenda nº 223 foi rejeitada no recurso global do próprio PTB. Ela foi votada e rejeitada no recurso do PTB, Deputado Silvio Costa.

Tantos elogios se fez ao Eduardo Cunha! E não pode, numa questão de poucos minutos, tudo isso desaparecer.

Vamos votar, mantidos os elogios naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Passa-se à votação do destaque para votação em separado do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Encaminhamento dos Srs. Líderes.

Como vota o PP?

O SR. VILSON COVATTI (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o Partido Progressista vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PSD? Todos votam “sim”?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Menos o PR, que vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com exceção do PR, todos votam “sim”.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Aqueles que forem pela manutenção da expressão...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o DEM vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O DEM e o PR votam “não”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 294.4.54.O

Data: 16/12/2014

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Em votação o destaque.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Os Srs. Deputados que forem pela manutenção da expressão permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Mantido o texto.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Estamos encerrando a votação, para o Congresso Nacional começar a discutir.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tentei falar, mas o microfone estava desligado. Na votação anterior, nós votamos “não”, porque a expressão “*entre outros critérios*” para subsídio de aviação regional é uma generalização perigosíssima. Tinha que ser retirada do texto, sim.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Destaque do PSD para votação em separado do art. 123 constante do substitutivo apresentado à MP.

“Sr. Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, § 2º, do Regimento Interno, destaque para votação em separado do art. 123, constante do substitutivo apresentado à MP 656/2014.”



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Moreira Mendes. *(Pausa.)* Não está em plenário?

O SR. RICARDO IZAR (PSD-SP. Sem revisão do orador.) - Eu vou encaminhar, Sr. Presidente.

Eu acho que nunca vi um jabuti, um absurdo tão grande numa medida provisória como este. Ele conceitua os aeródromos civis privados como *“destinados, exclusivamente, ao uso particular do seu proprietário”*.

Então o indivíduo que tiver um helicóptero não vai poder descer em cima de um hospital porque o heliponto não é dele. Ele não vai poder utilizar mais os helipontos. Em São Paulo, só existem dois helipontos públicos. Imaginem o tráfego de helicópteros sobrevoando São Paulo, havendo só dois helipontos para pousar!

Outra coisa é que ela conceitua a radiodifusão e as emissoras de televisão como sendo de fins sociais. Isso se dá, é claro, para atender aos pedidos de uma emissora de televisão, a SBT, que tem a Agusta e a Robinson lá do lado.

Então eu acho que podíamos suprimir esse artigo.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Em votação.

Vamos ouvir os Líderes. Como vota o PT? Mantém o texto?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT mantém o texto.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PMDB?

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB mantém o texto.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PMDB mantém o texto.



Todos votam “sim” praticamente, pela manutenção do texto, à exceção do PSD?

O SR. VILSON COVATTI (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O Bloco Parlamentar PP/PROS vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Todos votam “sim”?

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB vota “não”.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PSOL vota “não”.

O SR. CHICO ALENCAR - É bom lembrar que a MP trata de uma série de questões tributárias e agora avança para regulamentar aeródromos.

O SR. BETO ALBUQUERQUE - Sr. Presidente, o PSB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PSOL vota “não” e o PSB vota “não”. Os demais votam “sim”.

O SR. BETO ALBUQUERQUE - Sr. Presidente, o PSB vota “não”.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB orienta o “não”.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas orienta o “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos ouvir os partidos.

O SR. MENDONÇA FILHO - O Democratas vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PT vota “sim”. O PMDB vota “sim”. O Bloco Parlamentar PP/PROS vota “sim”.



O SR. VILSON COVATTI (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Votamos “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - PSD. *(Pausa.)* Não está presente. Aliás, desculpem-me: o PSD é o autor do destaque.

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PR?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PR vota “sim”.

Como vota o DEM?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O DEM vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - “Não”.

Como vota o PSB, Deputado Beto Albuquerque?

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB vota “não”. Sr. Presidente. Já está registrado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - “Não”.

O Solidariedade vota “sim”. O PDT vota “sim”. O PTB vota “sim”.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB quer votar “sim”. Inclusive ele chama a atenção do PSD, porque não é o entendimento do seu Líder.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Não é o entendimento do Líder.

O PSC vota “sim”.



Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

O PSOL já votou.

Como vota o PMN?

O SR. FRANCISCO TENÓRIO (PMN-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMN vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - “Sim”.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. EURICO JÚNIOR (PV-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV também vota “não”, Sr. Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 294.4.54.O

Data: 16/12/2014

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Em votação o destaque.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Os Srs. Deputados que forem pela manutenção do artigo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

MANTIDO O ARTIGO.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Sobre a mesa requerimento de destaque para votação em separado do art. 127 do PLV apresentado à MP. Assina o Líder do PSDB, Deputado Vanderlei Macris.

“Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 161, I, e § 2º, combinado com o art. 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do art. 127 do PLV apresentado à MP 656/2014.”



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

É um dos últimos destaques, para concluirmos a votação.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a proposta é retirar do texto do art. 127 o seguinte... Na verdade, Sr. Presidente, apenas para explicação, hoje, em condições excepcionais, pode ser concedido um sobrepreço — ou seja, margem de preferência — de 25% em relação aos bens e serviços importados nas compras governamentais.

A revogação desses artigos define alguns critérios. Na verdade, o que acontece quando se revoga o artigo que define critérios? Muda-se excepcionalmente. Ou melhor, muda-se de maneira definitiva. Hoje a manutenção do texto estabelece a obrigatoriedade para todos os bens e serviços objetos de compras governamentais da indústria. Por ser uma obrigação de todos os bens e serviços, não se consegue construir uma linha objetiva de política capaz de estabelecer a competitividade como proposta, como projeto, como objetivo do País.

Isso é uma questão apenas pontual. E nós temos a tranquilidade de saber, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que hoje já é possível estabelecer esse sobrepreço, desde que seja por critérios definidos em lei — que se quer revogar neste momento —, por uma comissão que, assim entendendo, poderá estabelecer os 25% de sobrepreço.

Portanto, não é possível estabelecermos obrigatoriedade. E como nós vamos conseguir construir em bens e serviços uma competitividade razoável na economia brasileira? Isso não vai ser possível se nós estabelecermos a obrigatoriedade, o que vai encarecer ainda mais os produtos comprados aqui no Brasil.



Então não há uma política. É possível estabelecer o sobrepreço — a lei já permite isso —, desde que se mantenham critérios estabelecidos por uma comissão especial que vá avaliar caso a caso. Agora, a obrigatoriedade em lei de se estabelecer 25% de sobrepreço em todos os bens e serviços encarece os produtos aqui no Brasil e não resolve o problema da competitividade.

Portanto, Sr. Presidente, a nossa posição nesse destaque é favorável à retirada do texto. Nós vamos votar “não” a esse destaque, retirando essa obrigatoriedade do texto e, portanto, garantindo uma política de competitividade com que o Governo deve se preocupar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O.k.

Como votam os partidos? O PT é pela manutenção do texto?

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- O PT vota “sim”, pela manutenção do texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PMDB?

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PMDB mantém o texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PP?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O

PP vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PSD? (*Pausa.*)

Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

Vota “não”, é lógico. Ele é o autor do destaque



O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota “não”, Sr. Presidente em função dos argumentos que acabei de trazer à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PR?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - São todos “sim”?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não. O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PSB?

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PSD vota “sim”.

Como vota o PSB?

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PSB vota “não”.

Solidariedade?



O SR. JOVAIR ARANTES (PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PTB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PTB vota “sim”.

Como vota o PCdoB?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O
PSC vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PSC vota “sim”.

Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)

Como vota o PRB?

O SR. BETO MANSUR (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O
PRB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PRB vota “não”.

Como vota o PV? (*Pausa.*)

Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PPS vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PPS vota “não”.

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PSOL vota “sim”, pela manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PSOL vota “sim”, pela
manutenção do texto.

Como vota o PMN?



O SR. FRANCISCO TENÓRIO (PMN-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMN vota “sim”, Sr. Presidente.

Como vota o PEN? *(Pausa.)*

Como vota PCdoB? *(Pausa.)*

O SR. EURICO JÚNIOR (PV-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PV vai orientar “sim” à votação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PV orienta “sim”.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB orienta “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PCdoB orienta “sim”. Então, é bom observar o painel, porque a votação é simbólica.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Aqueles que forem pela aprovação do artigo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

MANTIDO O ARTIGO.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Requerimento de destaque para votação em separado do art. 132 do PLV.

“Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 161, I, e § 2º, combinado com o art. 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do art. 132 do PLV apresentado à MP 656/2014.”



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Líder do PSDB, mantém?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Está mantido o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Para falar a favor, com a palavra o Deputado Paulo Abi-Ackel.

O SR. VANDERLEI MACRIS - O Deputado Caiado vai falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Está inscrito o Deputado Paulo Abi-Ackel. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Caiado, para falar a favor do texto.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu solicito a atenção dos nobres pares para esse art. 132. O que ele propõe, Sr. Presidente? Ele propõe que as empresas prestadoras de serviço tenham acesso à TV paga por gratuidade. Ou seja, esses dois canais querem ter as mesmas prerrogativas dos canais que são beneficiados pela Lei nº 12.485, que prevê a disponibilização, pela prestadora do serviço de acesso condicionado, sem nenhum ônus ou custo adicional aos assinantes, em todos os pacotes ofertados, de canais de programação de distribuição obrigatória para as seguintes destinações: um canal reservado à *TV Câmara*; à *TV Senado*; ao Supremo Tribunal Federal; ao Poder Executivo; um canal educativo e cultural; um canal comunitário; um canal de cidadania organizado pelo Governo Federal; um canal legislativo municipal e estadual; um canal das universidades, canal universitário; um canal de demais instituições de ensino superior.

O que essa emenda propõe? Essa emenda propõe que dois canais privados... Aí V.Exas. já sabem qual é o canal. O canal da JBS quer entrar na



programação sem pagar nada, como se fosse um canal de utilidade pública. Às vezes as pessoas não acreditam.

Causa-me estranheza o PT estar nessa defesa toda. Mas o impressionante é dar à JBS esse poder. Ele faz toda a propaganda e recebe por isso e, depois, nós damos a ele as mesmas prerrogativas dos canais que acabo de citar aqui, que são canais de utilidade pública! Como esse canal, Deputado Fábio Trad, pode ser de utilidade pública?!

Quer dizer, nós estamos interferindo, com essa medida provisória, nas empresas privadas. Esta Casa se propõe a dizer: *“Por se tratar da JBS, a regra é do benefício de utilidade pública.”*

(O microfone é desligado.)

O SR. RONALDO CAIADO - V.Exa. poderia me dar mais 5 minutos para encerrar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Não. Cinco minutos, não. Logicamente, não, em respeito ao Plenário. Mas a 1 minuto V.Exa. tem todo o direito.

O SR. RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, isso é de uma importância ímpar, porque não é possível que, dentro dessa medida provisória, venhamos a acolher uma situação como essa.

Amanhã, qualquer outro canal poderá vir com uma medida provisória aqui também e exigir que, se o cidadão da área do comércio, da indústria ou do setor de arte resolver criar um canal, a sua programação seja obrigada a entrar na grade da Sky e da Net sem pagar nada, recebendo por todos os benefícios.



Concluindo: nós vamos votar “não” ao texto, informando que pediremos verificação de votação. Ao mesmo tempo, entraremos em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos passar, portanto, ao processo de votação.

V.Exa. quer usar da palavra rapidamente, Deputado Beto Mansur? *(Pausa.)*
Pois não.

Convoco os Srs. Parlamentares, porque poderá haver votação nominal. Então, faço o apelo aos Srs. Parlamentares para que todos estejam no plenário, para que possamos alcançar o quórum para a votação nominal.

O SR. BETO MANSUR (PRB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, complementando o que o Deputado Caiado disse, eu acho que a retirada desse artigo do texto é importante.

Relembro um pouco a V.Exas.: nós aprovamos a Lei do Cabo. Na Lei do Cabo, havia a obrigatoriedade de se incluírem canais de televisão que foram concedidos numa época pelo Governo ou que foram concedidos através de concorrência. E os concorrentes pagaram por essa concessão.

Então, há uma série de canais abertos, como *Globo*, *Bandeirantes*, os grandes canais, e há alguns canais que têm concessão. Agora, esses canais, como *Canal Rural* e canal *Viva*, muitos deles pertenceram a grandes emissoras de televisão. Por exemplo, o *Canal Rural* recentemente foi vendido pela RBS, empresa do Rio Grande do Sul que transmite a Rede Globo. Era detentora do *Canal Rural*, vendeu para a JBS. Também há o canal *Viva*, que pertence à Rede Bandeirantes.

Se esses canais quiserem estar no cabo, obrigatoriamente, como diversos outros canais, devem pagar para as empresas que retransmitem a partir de cabo.



Então, é um absurdo liberar estes canais rurais e não liberar outros canais. A nossa opinião, através do PRB, é pela retirada desse texto da medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos ver o encaminhamento dos Líderes.

Como encaminha o PT? Manter o texto?

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Pela manutenção do texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como encaminha o PMDB?

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Queremos manter o texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o Bloco PP/PROS, Deputado Givaldo Carimbão? Mantém o texto ou vai mudar?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há um estudo aqui da bancada, principalmente do PP, que entende perfeitamente o discurso feito na tribuna pela Oposição.

Acho que liberar um canal agrícola é fundamental. Agora, não pagar igual a outras televisões é desigual. Eu quero liberar a bancada em respeito a todos os companheiros que estão aqui questionando e porque acho que faz sentido a tese de alguns companheiros.

Portanto, eu vou liberar a bancada para que cada um possa votar com a sua consciência, Sr. Presidente.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, PSD lidera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PSDB?



O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós já manifestamos, em nome do PSDB, a nossa não concordância com mais de 43 importações feitas nessa medida provisória. Essa é uma delas e é uma excrescência.

O Deputado Ronaldo Caiado, futuro Senador, já se manifestou da tribuna neste plenário e mostrou brilhantemente a direção clara desse artigo.

Portanto, nessa medida provisória, não é possível acabar criando dois canais destinados a transmitir programação de interesse do setor agropecuário, de graça, sem qualquer tipo de contribuição, Sr. Presidente. Isso é um absurdo.

Então, a posição do PSDB é “não” a essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PSB?

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós votamos “não”. Achamos que esse assunto merece uma atenção importante, merece o tratamento de utilidade pública, aquele que é de fato e não aquele que parece ser e não é.

Por isso nós votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o Solidariedade?

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PDT?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PTB? (*Pausa.*)

Como vota o PCdoB?



O SR. GUSTAVO PETTA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PCdoB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PSC?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O
PSC vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PRB?

O SR. OTONIEL LIMA (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.
Presidente, o PRB encaminha "não".

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PV?

O SR. EURICO JÚNIOR (PV-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.
Presidente, o PV vai solicitar também dois canais para poder divulgar todas as
questões de meio ambiente. O PV vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Se vota "não", não vai
solicitar dois canais.

O SR. EURICO JÚNIOR - Para ver. Se o ruralista pode, o ambientalista
também pode.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Então, vota "sim"?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Não. Ele quer os dele, Sr. Presidente. Ele quer
os canais para ele. Ele quer mais dois para ele.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PTB?

O SR. EROS BIONDINI (PTB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.
Presidente, o PTB libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PPS?



O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS vai encaminhar o voto “não”. E acreditamos que colocar em votação uma matéria como esta inclusive na última semana é até um constrangimento a este Parlamento. Ceder canais, seja para qual programação for, é realmente inaceitável.

Nós vamos encaminhar, portanto, o voto “não”. Não concordamos com esta decisão de dar canais, seja hoje no conteúdo de programação rural, seja nas próximas votações. Quais serão as programações? Então, desde já é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Pois não.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu e o Deputado Filipe Pereira conversamos e achamos que é o maior absurdo aprovar essa matéria!

Todo mundo paga para pertencer à SKY e à NET. E agora vai ser criada a obrigatoriedade do canal do boi! Esse canal é gratuito! Em nome de que boi? Canal Rural? Por quê? Então, vamos botar canal de graça para todas as igrejas, canal de graça para o meio ambiente, canal de graça para todo mundo! Isso está errado!

Não pode colocar um jabuti deste tamanho numa medida provisória que trata de desoneração! Isso é um absurdo! Nós não podemos aprovar essa indecência! Eu já vi jabuti indecente nesta Casa, mas esse foi um dos mais indecentes que eu já vi!

O PSC muda o voto para "não"!

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade vai liberar a bancada.

O SR. JORGE BITTAR - Sr. Presidente, pelo PT.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Pelo PT, tem a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por acaso, até, eu fui Relator do PL 29, que resultou na Lei nº 12.485, que esse artigo pretende alterar.

Esse dispositivo trata dos canais de carregamento obrigatório pelas distribuidoras de TV paga no País, e ali estão contidos os canais de utilidade pública e os canais concedidos pelo poder público, como as grandes redes de televisão. Não faz nenhum sentido que se possa criar a obrigatoriedade de carregamento de um canal que não é uma concessão pública, porque isso abre um precedente a partir do qual todos poderão pleitear essa mesma condição.

Por conta disso, nós alteramos a posição do PT para "não".

O SR. LAERCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, o Solidariedade quer liberar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PT passou para o voto "não".

O SR. LAERCIO OLIVEIRA - O Solidariedade libera a bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O Solidariedade libera a bancada.

Como vota o PSOL? "Sim" ou "não"?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho que aqui tem um boi voador, como dizia Chico Buarque, porque não é possível que, no meio de uma medida provisória de isenções fiscais tão



ampla, coloquem até canais de TV, inserção nas distribuidoras, na NET, na SKY. Existe algum pagamento aqui atrás. Eu acho que isso aqui é pagamento para a Friboi e outras coisas mais.

Não é possível que nós consigamos novamente votar medidas provisórias que não têm urgência nem relevância e que, sem dúvida, não se atêm ao objetivo de medida provisória, com essa amplitude vergonhosa. Não é possível! Por isso, como tem muito ruralismo aí atrás, votamos “não”.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD muda o voto para “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PSD muda para voto “não”.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais de 500 folhas — a medida provisória está aqui — é um código e vamos lê-lo minuciosamente.

Eu já vi, por exemplo, Sr. Presidente, numa licitação, numa concorrência, no Ministério das Comunicações, um canal de televisão sair por 40, 50 milhões de reais. Eu já vi rádio FM de 1 quilowatt, com 50, 80 quilômetros de raio, sair por 15 milhões de reais.

As conversas de bastidores aqui arrepiam até o cabelo do relógio, do celular em que todos estão vendo a hora. Sr. Presidente, segundo as conversas que correm por aqui, este grupo que está sendo beneficiado financiou grupo de pessoas em campanhas eleitorais. Eu acho que esta Casa, a qual representa o sentimento da população, ajudar financeiramente alguma instituição ou alguém é normal.



Agora, está muito claro que a grande maioria do PROS e do PP está disposta a votar “não”.

O SR. EROS BIONDINI (PTB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB muda o voto para “não”.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB rediscutiu e altera o voto para “não”.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR também orienta o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos passar ao processo de votação.

O SR. FRANCISCO TENÓRIO (PMN-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMN orienta o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - “Não”.

Mas diante da posição espelhada no painel, eu tenho...

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu queria fazer um apelo para o Deputado Eduardo Cunha, que é candidato a Presidente e está indo bem: que o PMDB mude o voto para “não”.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu apenas estou mantendo a orientação do Relator, que é do PMDB do Senado. Não há nenhum problema da minha parte.

O SR. SILVIO COSTA - Sim, mas converse com o Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Coragem, Eduardo Cunha!

O SR. EDUARDO CUNHA - A maioria se manifesta. Não há nenhum problema.



O SR. JAIRO ATAÍDE (DEM-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, Deputado Jairo Ataíde acompanhou o partido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Deputado Eduardo Cunha, coragem! Vote “não”.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um apelo para o Deputado Eduardo Cunha. É só para tirar o “sim” e votar “não”.

O SR. EDUARDO CUNHA - Não precisa fazer apelo.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Independentemente do apoio ou não, pelo espelhado no painel, está claro que não precisará nem de requerimento de votação nominal. É óbvio que as Lideranças já manifestaram o voto “não”.

Então, por força das circunstâncias, vamos colocar em votação, mas já com o resultado pelo painel conhecido e meu papel respeitado.

Deputado Caiado, basta um braço; não precisa dois. Eu entendo o seu fervor, mas levante um braço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Silvio Costa vai conseguir derrotar o Eduardo Cunha.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, liberamos a bancada do PP e do PROS, então.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 294.4.54.O

Data: 16/12/2014

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Em votação o artigo.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Os Srs. Deputados que forem pela aprovação do artigo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Eu solicito que não peçam verificação nominal, para não perdemos tempo na votação de hoje, diante de uma votação tão maciça quanto essa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Nós vamos pedir. Nós queremos ganhar uma.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, tenho apenas uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos lá. Destaque de bancada.

Pois não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A questão é só para saber o seguinte: parece que há sessão do Congresso convocada a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Agora, agora.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Se eu não me engano, pelas informações que tivemos, há dois vetos que vão trancar a pauta. Queria só saber se é real isso ou não.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Estou mantendo contato com o Senador Renan...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos concluir, porque nós também temos esse entendimento, mas isso vai ser na abertura da sessão, se é que ela vai ser aberta, porque eu acredito que é melhor construirmos um acordo para fazê-la no momento oportuno, inclusive com a análise dos vetos, quem sabe por consenso, mas num momento oportuno e não agora.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Destaque de bancada do Democratas. Mendonça Filho, Emenda nº 230, apresentada à Medida Provisória nº 656.



A SRA. JAQUELINE RORIZ (PMN-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, a Deputada Jaqueline Roriz votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deputado Efraim Filho ou Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO - Eu vou falar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O Deputado Mendonça Filho falará a favor, enquanto eu falo com o Senador Renan Calheiros.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este destaque que apresentei tem uma relevância muito grande, porque, na prática, ele oferece à bancada do Governo, especialmente à bancada do PT, a oportunidade de fazer cumprir um compromisso que foi assumido pela Presidenta Dilma. Qual foi o compromisso assumido pela Presidenta Dilma? A Presidenta Dilma assumiu o compromisso público e chegou inclusive a editar uma medida provisória no sentido de corrigir a tabela do Imposto de Renda de pessoa física. Essa tabela do Imposto de Renda de pessoa física, segundo o entendimento do Governo, deveria, ainda à época da eleição, quando se desenhava a disputa presidencial, ser corrigida em 4,5%.

O nosso entendimento é que a realidade econômica do Governo e da Nação mudou bastante, mas para pior, lamentavelmente, porque todos os indicadores e todas as previsões que foram feitas pelo Governo para o ano de 2014 fracassaram. Em termos de crescimento econômico, a gente vai ter um crescimento praticamente de zero. Em termos de taxas de juros, logo depois da eleição, a Presidente já elevou ou autorizou a elevação da taxa de juros pelo Banco Central por duas vezes.



Infelizmente, o quadro de inflação tem sido persistentemente incômodo para as famílias brasileiras.

Qual será o fecho do cenário econômico inflacionário de 2014? Todo o mundo está falando de uma inflação de mais de 6,5%.

O que eu proponho com essa emenda, Sr. Presidente? Veja a coisa simples que propomos: que o Governo da Presidenta Dilma possa corrigir a tabela do Imposto de Renda em 6,5%. Ninguém está propondo nada absurdo.

Ao longo dos Governos do PT, os dois do ex-Presidente Lula e o da Presidenta Dilma, a defasagem em termos de correção da tabela do Imposto de Renda foi de mais de 60%. Eu estou oferecendo ao Congresso Nacional a oportunidade de corrigir a tabela do Imposto de Renda em apenas 6,5%, ou seja, o teto da meta que foi fixada para a inflação neste ano de 2014.

Então, eu convido a bancada do PT, através do seu Líder, o Deputado Vicentinho, a do Governo, por meio do Deputado Henrique Fontana, e a dos demais partidos para que possamos oferecer à Presidenta Dilma a oportunidade para ela cumprir o compromisso assumido perante o povo brasileiro.

A gente aprova esse destaque. Evidentemente, toda a classe média, que está com o salário achatado, que está massacrada pela inflação, terá a correção da tabela do Imposto de Renda em apenas 6,5%.

(O microfone é desligado.)

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, o Deputado Heuler Cruvinel, nas votações anteriores, votou de acordo com a orientação do partido.



O SR. MENDONÇA FILHO - Eu peço, portanto, ao Plenário a aprovação desta matéria, até porque o cenário econômico está tão difícil, o povo está tão sofrido, a classe média está tão massacrada do ponto de vista salarial, e nada mais justo do que se garantir a correção da tabela do Imposto de Renda em apenas 6,5%. É a inflação praticamente deste ano. Há quem diga que ela vai superar o teto da meta em mais de 6,5%.

Então, é uma coisa simples, é uma coisa objetiva, é uma coisa que não tem demagogia, é uma coisa que corrige apenas e devolve parte do poder aquisitivo que foi, infelizmente, retirado pelo acúmulo de inflação ao longo dos mandatos do Partido dos Trabalhadores. É uma oferta que faço ao Congresso Nacional para que a gente possa corrigir essa mazela para a classe média brasileira.

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente...

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, eu gostaria de retomar aquele assunto.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Deputado Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos aí com a presença do Senador Romero Jucá.

Eu queria retomar aquele assunto relacionado ao prazo das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Eu estou preocupado porque o Presidente Devanir Ribeiro esteve aqui e não manifestou nenhuma



concordância em relação a isso. O Deputado Devanir está aqui. É S.Exa. quem decide. S.Exa. está aqui com o Deputado Givaldo Carimbão. A decisão é dele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Então, eu gostaria que o Deputado Devanir Ribeiro viesse à tribuna dizer qual é a sua posição a respeito do prazo das emendas.

Eu ponderei aqui, antes das 23h59min, que o Anexo IV estava sem luz, o Anexo I estava sem energia elétrica, a Chapalaria estava inundada, intransitável, e ainda está, pelo que eu sei.

Então, o que pedimos?

O Relator, mesmo sendo Senador, usou da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Concedo a palavra ao Deputado Devanir Ribeiro.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu falei com V.Exa. há pouco e com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - É importante essa informação das emendas.

Quais foram os Parlamentares, para exemplo apenas, aqui presentes, que não encaminharam as suas emendas, sabendo que o prazo era até hoje? Todos encaminharam?

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, Sr. Presidente.

O SR. DEVANIR RIBEIRO - Quase todos encaminharam.

O SR. JORGE BOEIRA (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Comissão de Orçamento está repleta de Deputados e assessores de Deputados neste momento tentando encaminhar as suas emendas. Eu tive a



oportunidade, através dos computadores da Liderança, de encaminhar às 11h56min, mas há Deputados nesta Casa que ainda não conseguiram fazer o encaminhamento via sistema. Eu sugiro que, de fato, o prazo seja prorrogado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O.k.

O SR. DEVANIR RIBEIRO - Sr. Presidente, todo mundo quer que se prorrogue. Acontece que — estou aqui com os técnicos —, se prorrogar para amanhã, ao meio-dia, não terá como compilar e dar seguimento. É um problema técnico. Não adianta dizer que será amanhã ao meio-dia. Desde o início da semana, foi avisado que seria hoje até a meia-noite, e não tinha falta de energia. Então, cada um precisa se responsabilizar pelo que faz.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Um apelo apenas: até às 10 horas da manhã, pelo menos?

O SR. DEVANIR RIBEIRO - Se depois não houver condições, eu não me responsabilizo pelo que vai ser executado. Se não houver condições técnicas, nós não vamos votar o Orçamento.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, sou coordenador da bancada da Bahia. Vão se prejudicar 39 Deputados e 3 Senadores, porque o serviço caiu três vezes. Faltou três vezes luz no Anexo III, que continua sem luz.

O SR. DEVANIR RIBEIRO - Faltam quatro bancadas para as emendas de bancada.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Por favor, eu estou com a palavra! Sr. Presidente, garanta-me a palavra.



O SR. DEVANIR RIBEIRO - Já são meia-noite e vinte. Então, até às 3 da manhã dá tempo de apresentar. Já voltou a energia. Os técnicos vão trabalhar sábado e domingo para podermos começar a trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Até às 8 horas da manhã não vai alterar.

O SR. DEVANIR RIBEIRO - Até às 3 horas da manhã dá para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Até às 8 horas da manhã não vai alterar.

O SR. JORGE BOEIRA - É claro que não.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nós precisamos de até o meio-dia, no mínimo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Até às 8 horas da manhã?

O SR. DEVANIR RIBEIRO - Tudo bem, só que — vou dizer mais uma vez —, se depois não der para fazer os trabalhos técnicos, não venham responsabilizar a Presidência nem o Presidente do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Se não convencer o Presidente, não vai adiantar, porque quem decide é ele. Eu estou fazendo um apelo a ele...

O SR. DEVANIR RIBEIRO - Até às 8 horas da manhã?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Até às 8 horas da manhã.

Então, os Srs. Parlamentares cuidem disso até às 8 horas, prazo improrrogável.

O SR. DEVANIR RIBEIRO - Até às 8 horas da manhã.

Há uma semana se avisou a todos que era hoje, até à meia-noite.



O SR. AFONSO FLORENCE - Se os obstáculos que existiram até o momento...

O SR. DEVANIR RIBEIRO - Amanhã até às 8 horas não tem... Aí vai faltar energia outra vez. Espero que não falte.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Faltar, não! Está sem luz.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Até às 8 horas da manhã. Os nossos assessores trabalharão de madrugada para concluir às 8 horas. Esse prazo já foi avisado há 1 semana. E não vamos correr o risco de não aprovar por conta de 2 ou 3 horas. Então, até às 8 horas da manhã, com a palavra do Presidente Devanir Ribeiro.

Todos de acordo? *(Pausa.)*

O SR. IVAN VALENTE - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Uma coisa importante. O Senador Renan Calheiros — eu quero que o Plenário da Câmara entenda — marcou hoje sessão do Congresso às 19 horas, e eu disse a ele que não iria atendê-lo, pela pauta da Câmara; ele marcou às 20 horas, e eu disse que não poderia atendê-lo; ele marcou às 21 horas, e eu disse que não poderia atendê-lo, pela pauta da Câmara; ele marcou às 21h30min, e eu disse que não poderia atendê-lo; ele marcou às 23 horas, e eu disse que não poderia atendê-lo. Então, eu assumi essa responsabilidade. Acertei com ele, amanhã, às 10 horas da manhã, começarmos com a reunião do Congresso Nacional, dois vetos, e, a partir daí, a LDO acordada, para limparmos essa pauta e começarmos a pauta da Câmara dos Deputados.



Valeu a pena esse esforço de hoje. Então, amanhã, às 10 horas, teremos sessão do Congresso Nacional.

O SR. DR. UBIALI - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. CLÁUDIO PUTY (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou lhe fazer um pedido. Vamos ver se desta vez V.Exa. atende. Logo após a votação, eu sugeri que abrissemos a sessão do Congresso e a suspendêssemos imediatamente para aproveitar o quórum significativo que aqui temos.

A pauta está trancada pelos vetos, porque já passamos da meia noite. Encerramos a votação, abrimos a sessão do Congresso, registramos presença e, no decorrer da manhã, vamos fazer os acordos, Situação e Oposição.

O SR. DR. UBIALI - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Só para que as coisas fiquem claras, Presidente, não existe qualquer possibilidade, então, de outra deliberação anterior às 10 horas. O próximo compromisso dos Parlamentares é amanhã às 10 horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Às 10 horas da manhã está convocado o Congresso Nacional para votação nominal dos vetos. Logo após há o acordo firmado por todos os Líderes para a votação da LDO. A partir daí é a pauta remanescente da Câmara: a questão dos aumentos, a gratificação cumulativa dos tribunais superiores...

O SR. GLAUBER BRAGA - Depois da sessão do Congresso.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Depois da sessão do Congresso.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos encerrar a votação.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Só para reforçar, Presidente, a votação dos vetos vai ser a própria presença amanhã. A votação dos vetos é nominal. Então, é muito importante que todos os que querem compor esse acordo para votar a LDO e depois os demais projetos estejam aqui às 10 horas. Abrimos com a votação dos vetos, concluímos a votação da LDO e depois passamos a nossa pauta remanescente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - E eu quero justificar que o Senador Renan marcou cinco reuniões hoje. Eu tive o cuidado e o zelo de não respeitá-las para que pudéssemos votar uma pauta importante da Câmara hoje. Então, amanhã vai haver reciprocidade com o País inclusive. Vamos votar às 10 horas na sessão do Congresso. Faço um apelo. Eu estou assumindo essa responsabilidade, em nome do Plenário desta Casa.

(Tumulto no plenário.)

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vou encerrar a votação.

O SR. AFONSO FLORENCE - Presidente, espere! Não orientamos contra. Vai encerrar a votação?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos orientar.

Como vota o PT?



O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PT, Presidente, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Manutenção do texto.

O SR. AFONSO FLORENCE - Manutenção do texto.

O SR. MENDONÇA FILHO - Olhe a correção da tabela do Imposto de Renda,
PT.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PMDB?

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
PMDB, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - “Não”.

O SR. DR. UBIALI - É emenda, Presidente. Está errado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o Bloco
PP/PROS? (*Pausa.*)

O SR. MENDONÇA FILHO - Só para esclarecer, está se tratando da correção
da tabela do Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deputado esclarecido.

Como vota o Bloco PP/PROS? (*Pausa.*)

O SR. MENDONÇA FILHO - Eu acho que o PT está equivocado.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O
PSC orienta o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PSD?

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - PSD, “sim”?



O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Mudar o texto.

Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Partido Progressista e PROS, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - PROS, “não”.

O SR. AFONSO HAMM - PP e PROS, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - PP e PROS, “não”.

Como vota o PSDB?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a proposta do Deputado Mendonça, do Democratas, é absolutamente coerente com a situação da economia brasileira. Ela simplesmente recupera e atualiza em 6,5% o teto da meta, a inflação em relação ao Imposto de Renda, ou seja, na tabela do Imposto de Renda. É um absurdo imaginar qualquer situação diferente dessa. Veja o PT votar “não”! Ou seja, não garante a atualização da tabela do Imposto de Renda. Isso é lamentável!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PSDB?

O SR. VANDERLEI MACRIS - O PSDB, dentro do tempo que tem para encaminhar, Sr. Presidente, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - PSDB, “não”.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - PSDB, “sim”.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Até porque nós vamos mudar o texto da emenda.



O SR. MÁRCIO MACÊDO - Sr. Presidente, V.Exa. vai manter as Comissões amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PR?

O SR. PAULO FREIRE (Bloco/PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PR, “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - PR, “não”.

Como vota o DEM, Líder Mendonça?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é óbvio que vota “sim”, pela incorporação da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O destaque é do DEM.

O SR. MENDONÇA FILHO - Eu não estou entendendo, e eu queria entender, a posição do Partido dos Trabalhadores. A Presidente Dilma assumiu o compromisso público de corrigir a tabela do Imposto de Renda. Nós estamos corrigindo tão somente os 6,5%.

Então, eu peço aos Líderes do PT e da base do Governo que deem respaldo à palavra da Presidente Dilma. A Presidente Dilma vai querer, com certeza, sancionar a medida provisória, corrigindo a tabela do Imposto de Renda em apenas 6,5%.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PSB?

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, eu quero dizer que votei com meu partido em todas as votações anteriores.



E, neste caso específico, o PSB orienta “sim”, uma vez que a inflação real é muito maior do que a inflação oficial. Portanto, esta correção da tabela do imposto de renda é justa.

“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o Solidariedade?

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Vota “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - “Sim”.

Como vota o PDT?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

PDT, “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - “Não”.

Como vota o PTB?

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - “Sim”.

Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o debate é justo, mas não pode ser assim de afogadilho, numa votação desta forma.

Então, o PCdoB votará “não”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - “Não”.

Como vota o PSC?



O SR. FILIPE PEREIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - “Não”.

Como vota o PRB?

O SR. CÉSAR HALUM (PRB-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Manutenção do texto.

Como vota o PV?

O SR. EURICO JÚNIOR (PV-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - “Sim”.

Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS é a favor da emenda apresentada pelo DEM e lamenta o voto “não” de alguns partidos, o que faz com que nós retiremos o protagonismo desta Casa. Nós já assistimos a isso antes. É ser mais realista do que o rei. Aqui se diz “não”. Depois o Executivo promove, por iniciativa sua, esta correção que virá. Nós inclusive abordamos isso no diálogo que foi mantido hoje na Comissão Mista de Orçamento com os futuros Ministros Joaquim Levy e Nelson Barbosa. E ficou evidente, sem fixar o número, se a dúvida era entre 4,5% e 6,5%, mas virá esta correção. Que esta Casa, dizendo “sim” a esta emenda, possa ter este protagonismo!

O voto é “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - PSOL?



O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL, obviamente, não está entendendo por que alguns partidos não querem revisar a tabela do Imposto de Renda. Eu acho que isso atinge milhões de brasileiros com carteira assinada, os de baixo salário principalmente. É evidente que nós temos que corrigir a tabela do Imposto de Renda. Isto aqui é para trabalhador, para operário, não é para classe média só, não. Pega o trabalhador, e muito!

Então, o PSOL não poderia deixar de votar “sim” nesta proposta. Inclusive vai pedir a verificação e pede aos partidos que acompanhem essa verificação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - PMN?

O SR. FRANCISCO TENÓRIO (PMN-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMN vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - PEN? (*Pausa.*)

Como podemos verificar, há um equilíbrio muito grande no painel dos Srs. Líderes. É uma votação difícil.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, posso fazer uma ponderação, um apelo?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Pois não.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Veja, por que o PT votou “não”? Nós temos uma grande negociação, há vários projetos na Casa de revisão da tabela do Imposto de Renda. Muitos de nós que estamos votando aqui não temos convicção nem de qual é o percentual. A Fazenda, o Governo está aberto a negociar isso. Se votarmos aqui açodadamente, corremos o risco de fazer uma verificação, derrubar a conclusão de uma medida provisória importante, embolar o meio de campo amanhã.



Quero fazer um convite a todos os partidos, em especial aos da base do Governo, a votar “não” e sentarmos para negociar, porque estamos votando aqui uma revisão de tabela sem ter nitidez, não é nem a medida provisória anterior que caiu. Então, quero fazer esse apelo, porque derrubar a sessão agora com votação nominal é comprometer toda a dinâmica de amanhã do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Mas qual seria o compromisso, em nome da Liderança do Governo?

O SR. AFONSO FLORENCE - Meu, do Governo, não, que eu não falo pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Não, da Liderança do Governo.

O SR. AFONSO FLORENCE - Não, eu não falo pelo Governo, eu falo pelo PT.

O SR. EFRAIM FILHO - Eu acho que, se o Governo precisa de mais tempo, o bom é não votar. Vamos adiar a votação.

O SR. JÚLIO DELGADO - Deputado Afonso Florence, são 6,5%. Só estão oferecendo 2%.

O SR. AFONSO FLORENCE - Falo pela bancada do PT. Pelo PT, eu me coloco à disposição de, com os partidos aliados e os partidos da Oposição, fazer o processo de aproximação de posição e de diálogo e ver se nós temos condições de chegar a uma medida provisória que seja exequível para o Orçamento da União, para nós não correremos o risco de aprovar algo agora, quando não temos nitidez do seu impacto.



Está todo mundo comprometido com o rigor fiscal, com a responsabilidade fiscal. Já estamos com uma medida provisória importante para o País, já estamos com o PLV. Esta emenda não está na equação geral que foi construída na Comissão Especial.

Obrigado, Presidente.

O SR. EFRAIM FILHO - É boa ideia o diálogo, e diálogo precisa de tempo, Presidente. Então, vamos dar tempo.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR muda para “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PR muda para “sim”.

O SR. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR (PDT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT, em conversa com a bancada, muda para “sim” também.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PDT muda para “sim”.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na verdade, Presidente, é importante que o espírito natalino bata no Deputado Ivan Valente. Ele precisa ser um pouco Papai Noel. Não dá, Deputado Ivan Valente! A gente está aqui desde o meio-dia. São 33 minutos do dia de amanhã. Se a gente, Presidente, não votar este destaque agora, a gente vai comprometer todo o processo de amanhã.

O Deputado poderia fazer uma concessão. O Deputado Florence já fez uma proposta de sentar à mesa, junto com o Deputado Ivan Valente, para chegar ao *modus operandi*. Eu sei que é difícil sentar à mesa para negociar com o Deputado



Ivan Valente, mas ele pode fazer sim uma concessão, para não atrapalhar uma medida provisória importante para muitos setores do Brasil.

Faço um apelo a V.Exa., que é um doce quando quer, e é amargo...

(O microfone é desligado.)

O SR. VILSON COVATTI (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PP vota "sim".

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI - Vamos votar, Presidente.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente,...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vai mudar a orientação para "sim".

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PMDB muda a orientação para voto "sim".

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC muda a orientação para o voto "sim" também.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Quem mudou?

O SR. FILIPE PEREIRA - O PSC muda para "sim".

O SR. VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, está prevalecendo o bom senso. As Lideranças estão avaliando uma verificação de votos...

O SR. CÉSAR HALUM (PRB-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB muda para "sim".

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT agora vai votar "sim".

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Pois não.



O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pergunto a V.Exa. se o quadro que está ali, mantida aquela orientação, justifica pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Não, evidentemente. De novo eu vou assumir aqui a posição, o que é meu dever. Pelo que está no painel demonstrado, será uma posição muito tranquila a favor do voto “sim”.

O SR. AFONSO FLORENCE - Então, vamos à votação. Pedi um acordo: que não façamos pedido de verificação. E vamos à votação!

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP/PROS também vai mudar para “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Mas se a maioria manifestar o voto “sim”, pedir a verificação nominal agora é derrubar a sessão.

O SR. VILSON COVATTI (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco PP/PROS muda a orientação da bancada para “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deputado Florence, apenas um ou dois partidos votam “não”. Está evidente que a manifestação simbólica será “não”. Pedir verificação de votação a esta altura é derrubar a sessão, atrapalhando todo o processo da manhã e o processo do Governo.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Presidente, deixe-me fazer aqui um apelo ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deve!

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Alterar a tabela do Imposto de Renda pode ser um desejo legítimo do Parlamento, mas é evidente que nós temos que fazer uma ampla negociação.



Nós acabamos de votar uma alteração na LDO, criticada por muitos, inclusive pela Oposição, que reivindica cuidados melhores com o nosso equilíbrio orçamentário. O volume de desonerações que aconteceram durante o ano passado, por necessidade de incentivar a economia, levou-nos a essa opção.

O Governo está pronto para debater com todas as bancadas, mas quer pedir ao Plenário que não apoie, neste momento, uma emenda com esse teor. Alguns aqui me disseram: *“Deixe passar; depois a Presidenta veta”*. Não é uma questão de deixar passar, vetar ou sancionar, Presidente.

Eu acho que um assunto dessa magnitude, eu vou ser franco, eu acho que, para o próprio Parlamento, não é a opção mais adequada. É óbvio que há que se respeitar o resultado. O Governo vai orientar o voto “não”, mas pode ser derrotado. Eu faço um apelo para que esta emenda não seja aprovada por todos nós. Vamos debater, vamos fazer uma mesa de negociações com as bancadas, vamos discutir alternativas para a questão da correção da tabela do Imposto de Renda, mas não vamos votar agora, praticamente 1 hora da madrugada.

Fizemos um grande esforço. O próprio Governo abriu mão de disputar diversos destaques nesta medida provisória para não inviabilizar a sua votação. Agora é hora de o Líder do Governo fazer o apelo no sentido inverso. Vamos manter o texto, sem esta emenda, e vamos debater na sequência.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu gostaria de falar a respeito disso.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero oferecer uma contribuição aqui à discussão do Líder do Governo e dizer que ele está dramatizando demais a situação. O que é que a



emenda propõe? A correção da tabela do Imposto de Renda em 6,5%, a inflação deste ano.

Então, tenha a santa paciência! A gente vota uma medida provisória com benefício para diversos setores da economia. Aqui se acusa que é jabuti para um lado, jabuti para o outro, e tudo fica tranquilo. Quando se fala em oferecer a correção da tabela do Imposto de Renda para a classe média brasileira — massacrada, sacrificada, com o salário achatado, com a renda corroída pela inflação —, vem esse drama todo do Partido dos Trabalhadores, que, ao longo da sua história, ao longo da sua vida pública, sempre se colocou como defensor dos trabalhadores.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Presidente, eu gostaria de falar.

O SR. AFONSO FLORENCE - Presidente!

O SR. VANDERLEI MACRIS - Presidente, eu estou pedindo a palavra já faz algum tempo, por favor.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu peço a palavra em seguida, Presidente. Deputado Paulo Rubem, pelo PDT.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Pois não, Deputado Macris. Depois, o Deputado Mendonça.

O SR. AFONSO FLORENCE - Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como eu acredito na palavra de V.Exa., esta reunião, para encontrar uma saída — como diz V.Exa. — mais bem organizada, seria feita amanhã, antes do encerramento deste ano legislativo, ou ficaria apenas para o próximo ano?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero fazer um pedido a todas as bancadas.



É óbvio que não há como fazer uma negociação como essa amanhã. Eu preciso manter a minha palavra, a de todos nós, num trato como este, que é mexer na tabela de Imposto de Renda do País, o que é um desejo permanente do Parlamento, dos setores que pagam Imposto de Renda.

Agora, o meu pedido seria para que unificássemos todas as bancadas. E assumo sim o compromisso de promover uma mesa de negociações com o Ministério da Fazenda para debatermos uma política para a tabela do Imposto de Renda.

Mas hoje eu apelo às bancadas para que votem “não”, para que nós possamos concluir a votação desta medida provisória, que tem um conjunto enorme de interesses legítimos, que as próprias bancadas articularam — além da medida provisória original e de coisas que o próprio Governo pediu para serem agregadas ao relatório apresentado pelo Senador Romero Jucá. Mas o meu pedido...

O SR. VANDERLEI MACRIS - Presidente, eu gostaria de falar. O Líder do Governo já falou duas vezes, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Faço um apelo ainda maior a todos os partidos, especialmente aos da base, que sustentam o nosso Governo: vamos sim negociar; vamos encontrar alternativas. Mas não é possível aprovar uma alteração no Imposto de Renda dessa magnitude numa emenda a uma medida provisória, e à 1 hora da manhã.

O SR. SILVIO COSTA - Presidente, Presidente...

O SR. MENDONÇA FILHO - Presidente, eu quero colocar aqui, lembrar...

O SR. VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu pedi a palavra. Eu gostaria de ser respeitado. Estou há 10 minutos pedindo a palavra a V.Exa.



O SR. MENDONÇA FILHO - ...matéria da *Folha de S.Paulo*, do dia 2...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Todos irão se manifestar.

Líder Macris, pela ordem.

O SR. MENDONÇA FILHO - Presidente, quero só concluir.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu fui condescendente. É evidente que estou no meu direito de me manifestar. O Líder do Governo falou por duas vezes e a Oposição quer também se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - É verdade.

O SR. IVAN VALENTE - E o PSOL não falou nenhuma vez, ainda.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Ora, Sr. Presidente, o que nós estamos pretendendo fazer hoje é um apelo contrário, ou seja, para que as bancadas que ainda não votaram "sim" o façam, que reflitam, porque uma verificação de votos neste momento joga por terra todo o esforço que o Governo teve até agora para votar esta medida provisória.

Olhem só quantos artigos tem esta medida provisória! Foram apresentadas 43 novas exonerações! E o Governo não veio dizer que era preciso negociar. Isso aí tudo são desonerações.

Agora, na hora em que se precisa desonerar o bolso do trabalhador, da classe média brasileira, para atualizar uma proposta, Sr. Presidente, que a Presidente Dilma fez em campanha, assumindo o compromisso público de atualização da tabela de Imposto de Renda, eles não querem!

Ela foi à televisão, Sr. Presidente! Foi à televisão! Editou a medida provisória, e aqui essa medida provisória caducou, ou seja, o Governo não se preocupou em



manter a palavra da Presidente Dilma. Quando o Parlamento brasileiro diz “*Olha, nós vamos atualizar a tabela do Imposto de Renda*”, o Líder do Governo quer impedir que isso aconteça.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - A matéria ainda vai para o Senado.

O SR. MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, vamos colocar em votação!

O SR. VANDERLEI MACRIS - Eu gostaria de deixar clara a posição do PSDB: nós somos favoráveis. Teremos que pedir verificação de votos se isso não for aprovado, porque é lamentável que neste momento o PT, quase isolado na sua posição, não tenha compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deixe-me fazer uma ponderação ao Líder do Governo.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - A matéria ainda vai ao Senado. Ainda há o veto.

O SR. MENDONÇA FILHO - Resolve no Senado! Se o Governo quer...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Se, hoje, na verificação nominal desta matéria, a sessão cair, ela será votada amanhã, e é praticamente impossível que daqui para amanhã, ou hoje ainda, haja alteração desse quadro.

O SR. MENDONÇA FILHO - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Então, é melhor...

O SR. MENDONÇA FILHO - Vota, aprova, e o Governo veta, ou então resolve no Senado, Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Presidente...

O SR. IVAN VALENTE - Votemos amanhã, Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O Deputado Amin está com a palavra.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Essa matéria vai ao Senado ainda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Líder do Governo tem todo o direito de fazer a proposta, mas pode ouvir uma contraproposta.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - E ele fez de forma honesta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Eu tenho uma contraproposta que também é honesta. Aprova-se, porque a maioria quer aprovar a emenda, e faz-se a mesa de negociação, nos vários passos que ainda daremos: Senado, veto, debate sobre o veto. Vai haver muito tempo para negociar.

O SR. MENDONÇA FILHO - É verdade, Sr. Presidente. Coloque em votação, encerre a votação. A matéria está aprovada.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente...

O SR. MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, eu quero lembrar aqui...

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente...

O SR. MENDONÇA FILHO - Eu quero lembrar aqui... Sr. Presidente, eu estou pedindo a palavra.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, eu tinha...

O SR. MENDONÇA FILHO - Eu estou com a palavra.

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu também tinha pedido a palavra

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - A minha expectativa é de que o PT possa reformular...

Tem a palavra o Deputado Afonso Florence.



O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu peço a palavra também, pelo PSOL.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quando eu encaminhei “não”, V.Exa. me perguntou se eu falava em nome do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Isso.

O SR. AFONSO FLORENCE - Eu disse que não podia falar em nome do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - É verdade.

O SR. AFONSO FLORENCE - Eu falava em nome do PT.

Nós chamamos o Líder do Governo, e acho, interpreto que a sua pergunta foi decisiva. Logo após eu dizer que não falava em nome do Governo, mas pelo PT, propondo o acordo — convoco aqui todos, acho que todo mundo testemunhou —, vários partidos da base aliada mudaram a orientação.

V.Exa. perguntou, Sr. Presidente, ao Líder do Governo se era possível fazer uma reunião amanhã ou na semana que vem. Há estudos e há muitos projetos na Casa, inclusive muitos deles com cálculo de impacto.

A minha proposta é que nós façamos uma reunião amanhã. Da parte do PT, há disposição para sentarmos amanhã, levantarmos o que há na Casa tramitando e buscarmos um diálogo com a Fazenda. Não falo pelo...

(O microfone é desligado.)

O SR. AFONSO FLORENCE - Mas proponho fazermos um esforço, realmente, amanhã, sem precisar verificar agora e sem precisar aprovar, acreditando que é o veto que resolve. Essa é a minha proposta, como esforço, seguindo,



digamos assim, o que foi uma orientação implícita de V.Exa., pelas duas perguntas que foram feitas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Pois não.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI - A proposta do Deputado Esperidião é boa.

O SR. MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Deputado Mendonça Filho, que a havia solicitado.

O SR. IVAN VALENTE - Presidente, ele já falou.

O SR. ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, o PSC também pede a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - S.Exa. não está mais aqui?

O SR. EFRAIM FILHO - Daqui a pouco, o Governo pedirá para entrar em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deputado Ivan, que já falou tanto hoje. Fale mais um pouquinho.

O SR. ANDRÉ MOURA - E também, Sr. Presidente, o PSC.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção do Plenário pelo seguinte: essa foi a última emenda, a do Imposto de Renda, que vai atingir o setor assalariado da classe média remediada e o trabalhador. Quando nós desoneramos todos os outros setores, ninguém disse que era um grande problema. Quando se trata de distribuir renda



para trabalhador, há um grande problema de ajuste fiscal. Ora, a desoneração que foi para esses setores todos não está computada? Não é possível, Sr. Presidente! Nós temos que votar essa questão, e vamos verificar.

O SR. ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente...

O SR. MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Líder André.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, vamos distribuir a palavra para quem está no fundo do plenário, porque senão só fala quem está na frente.

O SR. LINCOLN PORTELA - Há um requerimento de encerramento de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Líder André Moura, rapidamente, por favor.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer que nós entendemos, logicamente, o apelo do Líder Henrique Fontana. Mas, para o Governo, é muito melhor que nós possamos votar, mesmo que nesse caso o Governo seja derrotado, porque senão amanhã não votamos a LDO, o que é muito pior.

Apesar do apelo, com todo o respeito que temos, nós do PSC, por exemplo, não vamos mudar a nossa orientação. Vamos permanecer com o "sim", até porque foi uma bandeira que nós defendemos durante toda a campanha eleitoral. Até mesmo o trabalhador que ganhasse até 5 mil reais, num possível Governo do PSC, teria uma isenção do Imposto de Renda. E o índice da inflação foi 6,5%. Não é justo que esse reajuste também não seja de 6,5%.



Então, apesar do apelo do Líder do Governo, o PSC vai manter o voto “sim”. E a sugestão é que o Governo perca a votação agora, para que nós possamos votar a LDO amanhã. Senão, será muito pior, porque, sem a LDO, não teremos nem o benefício previdenciário.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O.k.

O SR. MENDONÇA FILHO - Presidente, eu quero ler aqui...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago, que está reclamando demais atrás de V.Exa.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho que, em função do adiantado da hora, a memória da maioria no Parlamento está indo embora.

Tramita nesta Casa, há vários meses, um projeto de lei, do qual eu sou um dos autores, com o Deputado Vicente Candido, que propõe a correção da tabela do Imposto de Renda. Esse projeto de lei tramita há vários meses, talvez há mais de 1 ano.

E outra questão importante para quem quer, agora ou depois, discutir a justiça fiscal embutida numa proposta de incidência do Imposto de Renda é nós discutirmos quem paga, de fato, Imposto de Renda no Brasil. Nós temos um projeto de lei tramitando, há vários meses, de minha autoria, do Deputado Vicente Candido e de outros Deputados, que propõe a correção dessa tabela.

O problema é que aqui não se dá valor ao que tramita nas Comissões de autoria dos Deputados. Aqui, só se dá valor ao direito dos Líderes de vir ao plenário de última hora e fazer emendas a medidas provisórias. Mas o trabalho da peãozada



do Parlamento nas Comissões não tem valor nesta Casa. É preciso corrigir isso, porque nós vamos instaurar a ditadura dos Líderes aqui no curto prazo.

Esta Casa tem matéria sobre isso, sim. Se é para se fazer justiça, que se dê parecer, que se convoque o Relator na CFT, para que ele dê parecer ao nosso projeto. O que nós não podemos admitir é que alguns falem e aqueles que têm a iniciativa não possam defender o seu projeto em plenário.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só há um equívoco aqui. Eu queria corrigir um equívoco nas palavras do Deputado Paulo Rubem.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, foi feito aqui um entendimento. **O SR. MENDONÇA FILHO** - Deputado Silvio Costa, estou com a palavra.

Eu quero corrigir aqui, porque qualquer Parlamentar, em matéria tributária, pode apresentar emenda. Eu apresentei emenda como Parlamentar, não na condição de Líder necessariamente, não. Então, o Deputado Paulo Rubem poderia ter apresentado a emenda de correção da tabela do Imposto de Renda, de 30, de 40 ou de 50.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO - As propostas são diferentes. A proposta de sua emenda é diferente do projeto.

O SR. MENDONÇA FILHO - Tudo bem, amigo, mas respeite a posição. Eu não estou aqui impondo...

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO - Ninguém está lhe desrespeitando, Deputado, ninguém está lhe desrespeitando! Eu estou lembrando àqueles que querem contribuir para a matéria que, se for feito um acordo, há um projeto de quatro ou cinco Deputados que foi amplamente discutido. Vamos levar em



consideração também matérias que já estão tramitando, sem prejuízo das demais, sem prejuízo das demais!

O SR. MENDONÇA FILHO - E quem é que está discutindo isso?

Eu quero lembrar aqui, Sr. Presidente, a manchete da *Folha de S.Paulo* do dia 2 de setembro de 2014: “*Governo afirma que reajuste da tabela do Imposto de Renda está assegurado*”. A matéria diz o seguinte:

“O Presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse nesta terça-feira (2) que o Governo deve editar uma nova medida provisória para assegurar a correção dos valores da tabela do Imposto de Renda. Renan disse ser possível editar uma nova MP este ano, mesmo com a perda da validade da medida provisória anterior que corrigia a tabela.”

Então, na prática, Sr. Presidente, o que nós fizemos foi tão somente oferecer a condição para que o Governo pudesse cumprir uma promessa de campanha. Estamos falando aqui de correção da tabela por 6,5%. É justamente a inflação projetada para este ano. Ninguém está aqui promovendo um ato de demagogia, imaginando querer corrigir os 62% acumulados nos 12 anos de Governo do PT, não. Aqui o Líder do Governo, eu entendo, quer estabelecer uma mesa de negociação, outro mecanismo de debate e de discussão, mas não é o...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Vamos votar, Sr. Presidente! Vamos votar, Sr. Presidente! Já passou do limite!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos votar.



O SR. MENDONÇA FILHO - Objetivamente, o Plenário se manifestou. O painel diz claramente que quer aprovar. Se, porventura, o Governo não quer aprovar, há duas hipóteses: ou se suprime a emenda aprovada na Câmara amanhã no Senado, ou então a Presidente da República a veta e descumpre seu compromisso de campanha. É simples assim.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos votar.

O SR. MENDONÇA FILHO - Então, vamos votar, aprovar e celebrar uma vitória do Parlamento brasileiro. Parabéns à Câmara dos Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Líder Henrique Fontana, uma última palavra de V.Exa.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sempre, em uma situação como esta, a primeira palavra é de ressaltar o respeito à convicção de cada bancada e de cada Parlamentar. É assim em um Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Bancadas que foram muito colaborativas hoje, mantendo praticamente na íntegra a medida provisória que veio da Comissão Mista.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Mas, de fato, Sr. Presidente, a minha avaliação — e neste momento é difícil ampliar essa avaliação para outros setores do Governo que eu represento, com a nossa base aqui — é de que nós não poderíamos acolher uma votação que se desse de forma simbólica e que significasse transferir imediatamente toda essa responsabilidade à Presidenta Dilma.

Então, primeiro, eu reforço o compromisso do diálogo e da negociação. Peço a compreensão do Plenário de que nós vamos ter que pedir a votação nominal,



porque precisamos de tempo para raciocinar como sair deste processo que legitimamente está criado aqui.

Portanto, de maneira franca, respeitosa, quero dizer aos demais Líderes — tanto aos da base, que querem aprovar a emenda, como aos da Oposição — que eu conversava aqui com o Líder do PT para que o PT pedisse a verificação de voto. E obviamente vamos pedir para que parte da base do Governo entre em obstrução, para que nós possamos raciocinar.

E amanhã, inclusive, voltaremos ao plenário com o objetivo de concluir tanto a votação da LDO quanto a desta medida provisória e outras pautas que V.Exa. já articulou durante o dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - E é o tempo que V.Exa. terá para consultar as Lideranças do Governo, porque a esta hora é impossível fazê-lo.

Então, esta é a orientação do Governo e do PT: pedir verificação nominal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos passar à votação, sem mais perda de tempo.

O SR. FILIPE PEREIRA - Presidente Henrique! Presidente Henrique!

O SR. EFRAIM FILHO - Sr. Presidente!

O SR. LINCOLN PORTELA - Coloque em votação, Sr. Presidente. Vamos para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos votar!

O SR. AFONSO FLORENCE - É lamentável...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos votar.



O SR. FILIPE PEREIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas deixar um comentário aqui. Eu acho que V.Exa. já externou muito bem o sentimento que esta Casa teve desde o momento em que começamos a sessão com a votação da Ordem do Dia. E o que o nosso querido Partido dos Trabalhadores está cometendo aqui nesta hora é uma falta de sensibilidade e respeito a todos nós, pares que estamos aqui somando força para aprovarmos uma medida que veio da Comissão, para que nós possamos ter medidas justas sendo tomadas.

Então, quero deixar aqui registrado, em nome do PSC, juntamente com o nosso Líder aqui, que é um absurdo o que o Partido dos Trabalhadores está cometendo nesta noite. Quero deixar isso registrado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Mas, Deputado Filipe Pereira, sem querer aqui defender o Líder do Governo, é compreensível que a esta hora S.Exa. não tenha conseguido contactar as pessoas responsáveis do Governo para dar uma alternativa, a esta hora. Então, a justificativa de S.Exa. é que vai derrubar a sessão, para que até amanhã, no início da tarde, quando voltarmos à matéria, já se possa ter uma ideia mais clara.

Então, vamos à votação, porque não há mais o que discutir. (Manifestações no

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obstrução. O PTB está em obstrução.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro que o PT refuta veementemente essas acusações. Não são aceitáveis essas acusações ao PT.



O SR. FILIPE PEREIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A discussão está interminável. Vamos à votação!

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vai derrubar a sessão, Presidente! O painel é claro tanto para a Maioria...
(Manifestações no plenário.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 294.4.54.O

Data: 16/12/2014

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Aqueles que forem pela aprovação da emenda permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.



O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA) - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. EURICO JÚNIOR (PV-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Três votos. Quatro votos. Não dá para verificar com três votos.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB entra em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Aprovada a emenda, mas verificação regimentalmente concedida.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



O SR. DR. UBIALI (PSB-SP) - O PSB pede verificação, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA) Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PT entra em obstrução, Presidente.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quem foi que pediu a verificação de voto, Sr. Presidente? Qual bancada pediu verificação?

O SR. CÉSAR HALUM (PRB-TO) Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB entra em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PRB está em obstrução.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE) Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade entra em obstrução.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG) Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido da República entra em obstrução. PR, em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PT está em obstrução.

O SR. VILSON COVATTI (Bloco/PP-RS) Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP/PROS entra em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Bloco PP/PROS, em obstrução.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG) Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco/PR entra em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Bloco/PR, em obstrução.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB entra em obstrução, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - PTB, em obstrução.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PT entra em obstrução, por favor. Mudou a orientação do PT: PT em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - PT, em obstrução.

O SR. FRANCISCO TENÓRIO (PMN-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMN entra em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - E o Democratas joga o Governo para a obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT entra em obstrução administrativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - PDT, em obstrução.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota "sim", e fico impressionado: desonerar empresa é rápido, não tem necessidade de muita reunião; desonerar o assalariado, aí vira um problema.

Esperamos que a obstrução do PT se estenda à Comissão que vai tratar da Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000, amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, eu quero deixar aqui registrado...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Amanhã, às 10 horas, sessão do Congresso Nacional. Não a realizamos hoje, com esse compromisso: amanhã, às 10 horas — eu faço um apelo aos Deputados e, quanto aos Senadores, o Sr. Renan que resolva —, amanhã, às 10 horas, sessão do Congresso Nacional.



O SR. AFONSO FLORENCE - Estão suspensas as Comissões, Sr. Presidente? Estão suspensas as Comissões?

O SR. IVAN VALENTE - Eu quero o cumprimento do compromisso do Governo.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, o PCdoB quer falar.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra a Deputada Jandira.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero apenas registrar aqui o seguinte: o PCdoB sempre foi a favor de desonerar assalariado e é a favor da mudança da tabela do Imposto de Renda. Apenas colocamos a nossa posição contrária porque achávamos que esse debate poderia produzir até uma tabela mais debatida e melhor, porque ninguém conhecia o conteúdo das emendas, até chegarmos hoje a Brasília. E foram muitas emendas. A medida provisória foi de 38 para 168 artigos.

Agora, diante da verificação, nós mudamos a nossa orientação para “sim” e vamos manter essa posição até que o debate seja feito.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O PCdoB muda para “sim”.

Como orienta o PP?

O SR. VILSON COVATTI (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, o PP orientou e orienta novamente obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Bloco Parlamentar PP/PROS em obstrução.



O SR. VILSON COVATTI - O Bloco Parlamentar PP/PROS entra em obstrução. E lamentavelmente chegamos a esta hora, e não se conclui o trabalho de hoje.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente!

O SR. EURICO JÚNIOR - Sr. Presidente, é lamentável, aqui...

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Alexandre Santos votou de acordo com o partido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como orienta o PPS?

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas encaminhar. Houve projetos, ao longo da nossa vida aqui no Parlamento, que trataram exatamente da correção da tabela do Imposto de Renda. E temos projeto tramitando na Casa sobre a correção da tabela do Imposto de Renda, porque é de justiça! Não se pode transformar inflação naquilo que há de mais perverso em termos de tributação, exatamente para quem ganha salário. E quem não ganha salário vai pagar com a inflação. Sr. Presidente, é justiça que se faça a correção.

Em virtude do horário, 1 hora da manhã, a bancada do PPS entra em obstrução, votando favoravelmente à correção da tabela do Imposto de Renda em 6,5%.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente...

O SR. DR. UBIALI - O PSB, Sr. Presidente...

O SR. AFONSO FLORENCE - Pelo PT, Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente...



O SR. DR. UBIALI - Pelo PSB, Sr. Presidente...

O SR. GUILHERME CAMPOS (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD entra em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar que nós do PT garantimos uma política de geração de emprego. O Brasil bateu recordes atrás de recordes em geração de emprego, em volume de emprego e em crescimento da massa salarial. Fizemos gestões para a revisão da tabela de Imposto de Renda. A Presidenta Dilma apresentou — e este Congresso aprovou — uma medida provisória fazendo uma revisão e estabelecendo uma escadinha.

Hoje, o tema não é que nós queiramos redução de carga tributária para empresa e não queiramos a revisão. Eu informei, na abertura do debate dessa emenda, que há um conjunto de projetos. Nós estamos numa negociação com o Governo, temos expectativa de lograr êxito num futuro muito próximo e não podemos aprovar aqui, de afogadilho, uma emenda de iniciativa de um Parlamentar.

Para concluir, eu gostaria de perguntar a V.Exa. se as reuniões das Comissões amanhã pela manhã estão mantidas.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Até antes das 10 horas estão mantidas. A partir das 10 horas, começa a sessão do Congresso Nacional. Na hora do início da Ordem do Dia, automaticamente, elas terão que se encerrar.

Concedo a palavra ao Líder do PMDB, Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB entra em obstrução.



O SR. EURICO JÚNIOR (PV-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV entra em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB entende que corrigir a tabela do Imposto de Renda em 6,5% é manter o poder aquisitivo do povo. Se não se corrige a tabela para 6,5%, está-se criando um imposto indireto. Neste momento, estamos votando “sim”, mas, devido à percepção de que todos os partidos estão em obstrução, nós, administrativamente, vamos entrar em obstrução.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro, pela bancada baiana, que o Anexo IV continua às escuras, continua sem luz. É o registro da bancada baiana.



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pronunciamento encaminhado pelo orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Deputado Federal pelo quinto mandato consecutivo, membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, tomo a palavra nesta oportunidade para falar sobre como reduzir gasto com moeda estrangeira em caso de mudança do País.

Os valores de taxa de câmbio variam consideravelmente para os diferentes tipos de moeda adquiridos, o que deve ser uma preocupação na hora da compra, além do IOF — Imposto sobre Operações Financeiras pago.

A compra de dinheiro em espécie, por exemplo, pode acabar saindo cara por causa da cotação adotada, mas existe a certeza em relação à taxa de câmbio paga, o que não ocorre com cartões de crédito, por exemplo, para os quais são adotadas taxas futuras que podem acabar saindo mais baratas ou mais caras do que no caso de papel-moeda — é impossível prever.

Em relação ao IOF, pode-se realizar transferências bancárias para instituições internacionais e pagar 0,38% de taxa, valor igual ao pago no caso da compra de papel-moeda, sendo essa uma opção mais segura do que o transporte de milhares em papel.

A transferência não incorre em cobranças de Imposto de Renda, o que a torna ainda mais vantajosa, mas conta com custos relativos a tarifas bancárias que devem ser verificados na instituição de origem previamente e negociados sempre que possível.

Nos cartões de crédito, o IOF cobrado é de 6,38%, um nível



consideravelmente elevado, e há ainda a dúvida em relação ao câmbio a ser praticado no vencimento da fatura. Por haver grande risco cambial e as tarifas cobradas serem bastante altas, é melhor manter-se afastado e utilizá-los apenas em caso de emergência.

Para cartões pré-pagos, a taxa adotada é a mesma do cartão de crédito, 6,38%, mas há certeza em relação ao câmbio pago, uma vez que este é definido na data de carregamento do cartão. Ainda assim, essa pode ser uma opção não interessante no caso de mudança definitiva para outro país em razão do IOF praticado, que encarece muito as transações.

Há também o limite de R\$ 10 mil para saída do país, que impede o porte de quantias elevadas.

A alternativa mais interessante acaba sendo, realmente, a realização de uma transferência bancária internacional, na qual se pagam taxas administrativas ao banco, mas adota-se a taxa de câmbio da data de envio e desconta-se apenas 0,38% de IOF.

Voltaremos a falar deste importante assunto.

Era o que tinha a dizer.



O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em junho e novembro deste ano fiz pronunciamentos nesta Casa de Leis acerca da necessidade de o Brasil auxiliar o Paraguai para que o jovem filho de brasileiros, Arlan Fick Bremm, de apenas 16 anos, possa ser libertado pelos criminosos narcotraficantes do Exército do Povo Paraguaio (EPP), que o sequestraram há exatos 258 dias.

Duzentos e cinquenta e oito dias que os pais de Arlan Fick, que moram numa propriedade rural em Paso Tuya, no Departamento de Concepción, estão alijados de sua convivência, apesar de terem pago a soma de US\$ 550 mil dólares norte-americanos como resgate para este bando de criminosos que se autointitulam “guerrilheiros do novo socialismo latino-americano”!

São brasileiros que estão em Concepción, no Paraguai, aguardando o desfecho dessa situação lamentável. Não é a primeira vez que o Governo brasileiro é instado a auxiliar seus compatriotas no vizinho país. Já foram invadidas propriedades rurais pelo movimento campestre sem terra, e o Governo da época, aliado do PT de Lula e Dilma, dirigido por Fernando Lugo, foi extremamente conivente com essa violência aos brasileiros.

O Brasil não pode ficar inerte. Nós cedemos a três paraguaios integrantes do grupo sequestrador EPP o direito de refugiarem-se no Brasil, e em troca filhos de brasileiros são sequestrados por dinheiro pelo mesmo bando de narcotraficantes que se vangloriam de seguirem a cartilha do extinto Sendero Luminoso, no Peru, e das FARC, na Colômbia.

São três paraguaios dessa quadrilha que acoberta o tráfico de maconha e cocaína para o Brasil e estão em Curitiba: Juan Arrom, Anuncio Martí e Victor



Colmán. É hora de repatriá-los ao Paraguai, para que respondam por seus crimes de sequestro. O Governo paraguaio já solicitou sua extradição, a pedido da Justiça. Devolver esses criminosos é um imperativo para pôr fim à perseguição de brasileiros.

Duzentos e cinquenta e oito dias de sequestro de Arlan Fick Bremm, filho de brasileiros no Paraguai! É hora de por um basta nisso!

Sr. Presidente, enquanto ficamos calados quando os narcotraficantes empunham armas no Paraguai contra os brasileiros, temos em plena semana de lançamento do relatório da Comissão Nacional da Verdade, a situação de ofensa aos direitos humanos feitas nos países vizinhos, como Venezuela e Bolívia.

Na Venezuela, líderes políticos de oposição ao Governo ditatorial de Nicolás Maduro estão presos, e contra a Deputada Maria Corina Machado, que esteve em abril no plenário da Câmara dos Deputados, é lançada uma ameaça de prisão pelo suposto crime de conspiração e tentativa de organizar um atentado contra o Presidente da República daquele país.

Ridículo! Vergonhosa atuação de um governo que foi admitido no MERCOSUL e que transgride frontalmente a sua cláusula democrática, pois um governo que mata opositores nas manifestações populares nas ruas, prende centenas de líderes da oposição, processa Deputados e outros Parlamentares por acusações mentirosas, não merece estar nas fileiras do MERCOSUL.

O Brasil, os representantes brasileiros no Parlamento do MERCOSUL devem pedir uma moção de censura ao Governo venezuelano, que leva o país ao caos econômico e promove uma escalada rumo à instalação de uma ditadura. É hora de dizer não ao arbítrio! Mostrar que a Venezuela não pode trilhar os caminhos de uma



ditadura.

E Sr. Presidente, por último e não menos importante, a Bolívia, que, dirigida por Evo Morales, é sinônimo de uma ditadura dos produtores de cocaína. A Bolívia amplia a produção de coca. Áreas de terra são ampliadas para que mais e mais a folha de coca seja legalmente produzida em Chapare, território do atual Presidente da Bolívia, e que se transformam em cocaína e *crack* para inundar o Brasil.

Milhares de brasileiros estão sendo viciados pelo *crack* e pela cocaína produzida na Bolívia. Somos o maior parceiro comercial da Bolívia ao comprarmos o gás natural produzido em Tarija, e pagando bilhões de dólares. E o que ganhamos dessa parceria: mais e mais viciados em todo o Brasil.

Além disso, a Bolívia instaurou um regime de exceção, de ditadura consentida pelos países vizinhos que comungam com o ideário bolivariano, esse arremedo de complô contra as liberdades de expressão e democráticas.

São quase um milhar de presos políticos, exilados no Brasil e em outros países da América Latina, sendo identificados pelo Senador Roger Pinto Molina, do Departamento de Pando, que, mesmo asilado na nossa Embaixada em La Paz, foi impedido de ter seu salvo-conduto para vir ao Brasil. Por ação corajosa do diplomata Eduardo Saboia, ele está em território brasileiro.

O Governador do Departamento de Tarija, Mario Cossio, da região produtora de gás, está asilado em Assunção, no Paraguai. Os dois exilados são ainda detentores do cargo político para o qual foram eleitos pelo povo boliviano, mas tiveram que se exilar para não sofrerem as perseguições e atentados de um governo ditatorial.

E o caso mais emblemático é o do Senador por quatro mandatos, que foi



Presidente do Senado, ex-Ministro da Bolívia, duas vezes Governador de Pando, Prefeito da Capital Departamental e três vezes Deputado Nacional, Leopoldo Fernández Ferreira, neto de uma brasileira do Ceará, que se encontra em prisão domiciliar para tratamento médico em Cobija, a Capital de Pando. Ele necessita de tratamento médico especializado contra câncer no Brasil e não o deixam sair para o seu tratamento médico, pois está sendo processado.

É bom que se diga, foi candidato a Vice-Presidente da República da Bolívia em chapa de oposição. Esse é o crime. Por isso ele é processado e não condenado, Sr. Presidente! O devido processo legal não é respeitado na Bolívia.

Em todos os processos que são abertos contra políticos opositores na Bolívia segue a mesma farsa: são acusados perante a Fiscalía, que é a promotoria local, e logo podem ser presos pelo regime ditatorial de Evo Morales. Processos abertos apenas por suposição, por indicação política da autoridade governamental e logo todos são presos e expostos à imprensa, domesticada, censurada ou governista, como sendo corruptos ou assassinos, sem nenhum processo judicial competente e isento.

É hora de o Brasil assumir sua posição de líder regional: não podemos admitir abusos contra as liberdades na Bolívia e Venezuela. São países que dependem economicamente de nós. Tanto na Bolívia como na Venezuela é hora dos governos locais apontarem para a anistia ampla, geral e irrestrita. Liberdade para os presos políticos! É uma medida reclamada por tantos líderes regionais e mundiais. É hora de o Brasil engrossar o coro dos insatisfeitos com os rumos na Venezuela e Bolívia.

Liberdade antes que tardia.

Muito obrigado.